



**SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO  
OSVALDO BARRETO FILHO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E  
RESSOCIALIZAÇÃO  
NESTOR DUARTE NETO**

## **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES**

**CAPITAL  
2012**



**SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO  
OSVALDO BARRETO FILHO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E  
RESSOCIALIZAÇÃO**

**NESTOR DUARTE NETO**

## **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES**

**Plano Estadual de Educação nas Prisões apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da proposição para obtenção de apoio financeiro, com recursos do Plano de Ações Articuladas e/ou do Fundo Penitenciário Nacional, para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.**

**CAPITAL  
2012**



**SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO  
OSVALDO BARRETO FILHO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E  
RESSOCIALIZAÇÃO  
NESTOR DUARTE NETO**

---

**IDENTIFICAÇÃO**

**GESTÃO:**

**ÓRGÃO PROPONENTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ:** 08.584.392/0001-95

**Endereço:** Av. Luiz Viana Filho, nº390, 3ª avenida, Plataforma 4 - Ala Sul Centro Administrativo da Bahia - Governadoria

**CEP:** 41.745-005

**Telefone:** 71. 3115-6505

**Nome do Responsável:** JAQUES WAGNER

**Cargo:** Governador do Estado

**ÓRGÃOS EXECUTORES:**

**SECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO**

**CNPJ:** 13937065/0001-00

**End:** Av. Luiz Viana Filho, nº 600, Centro Administrativo da Bahia, 6ª Avenida

**CEP:** 41.750-300 Sussuarana – Salvador Bahia

**Telefones:** 71.3115-8938 / 9009

**E-mails:** secretaria@educacao.ba.gov.br

**Nome do Responsável:** OSVALDO BARRETO FILHO

**Cargo:** Secretário da Educação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E  
RESSOCIALIZAÇÃO**

**CNPJ:** 13.699.404/0001-67

**End:** Av. Luiz Viana Filho, nº400, 4ª avenida, 2ª andar, Centro Administrativo da Bahia

**CEP:** 41.746-900 Sussuarana – Salvador Bahia

**Telefones:** 71. 3115-8498

**E-mails:** alessandra.prado@seap.ba.gov.br

**Nome do Responsável:** NESTOR DUARTE NETO

**Cargo:** Secretário da Administração Penitenciária e Ressocialização

---

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL
3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO
4. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO
  - 4.1 Espelho Geral do Estado
  - 4.2 Informação por Estabelecimento Penal
5. GESTÃO
  - 5.1 Atribuições e Competências
  - 5.2 Regras e Procedimentos De Rotina (Seap)
  - 5.3 Gestão de Pessoas
  - 5.4 Registros Escolares
  - 5.5 Articulação E Parceria
6. FINANCIAMENTO
7. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL
8. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
9. FORMAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS
10. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE
11. CERTIFICAÇÃO
12. INFRAESTRUTURA
13. MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO
14. REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO
15. ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS
16. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### PLANO DE AÇÃO

- META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL
- META II – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
- META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
- META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO

META V – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA

META VI – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO

## 1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

*O diálogo como princípio na construção da Política Pública.*

A elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões da Bahia teve início em 2011, a partir da execução das ações integrantes do Plano de Ações Articuladas – PAR referentes a essa modalidade de educação. Esse fato aliado à criação da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, em maio, contribuiu para que o ano de 2011 seja considerado um marco importante na educação para os privados de liberdade na Bahia. Precisamente no segundo semestre de 2011 começaram os primeiros contatos com a SEAP como fase inicial de preparação desse diálogo, princípio determinante da construção do Plano.

Esses contatos foram feitos através de reuniões com a participação da Secretaria da Educação, através da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos; Secretaria de Administração Penitenciária, através da Superintendência de Ressocialização Sustentável e Diretoria de Integração Social, e Escola Especial da Penitenciária Lemos Brito. Foi formado assim o Núcleo de Discussão de Educação em Prisões.

Nessas reuniões teve início uma discussão sobre a concepção da Educação de Jovens e Adultos para os privados de liberdade e em que nível esta educação acontecia nas Unidades Prisionais, ao mesmo tempo em que era configurado o **I Seminário Estadual de Educação em Prisões**, cuja organização foi decidida por esse grupo que participava das reuniões. O seminário aconteceu nos dias 12 e 13 de dezembro de 2011 e teve como objetivos:

- Discutir políticas públicas, no âmbito da intersetorialidade da educação de jovens e adultos privados de liberdade e estabelecer diretrizes para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões.
- Garantir o diálogo como metodologia capaz de identificar as demandas e propor ações que possibilitem a construção do Plano Estadual à luz das Diretrizes Nacionais que estabelecem o direito à educação como princípio fundamental na implementação de políticas públicas nessa área.

O seminário envolveu 136 participantes de diversas categorias profissionais, tendo a de professores a maior participação - 48,8%.

As atividades desenvolvidas obedeceram a três critérios:

- Após a realização do seminário foi elaborado um cronograma de atividades, incluindo a realização de seminários em cada Unidade Prisional, envolvendo a comunidade prisional e setores da sociedade local que participam da ação educacional nessas unidades.
- Realização, no período de 14 a 17 de maio de 2012, do 3º Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, que teve como objetivo principal auxiliar as unidades federativas na elaboração dos Planos Estaduais, houve a necessidade de mudar as estratégias, principalmente pelo prazo estabelecido para a entrega do plano – 1º de agosto de 2012.
- Os documentos norteadores para a elaboração do Plano traziam duas orientações básicas: a elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões de forma conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Administração Penitenciária com a participação ampla dos segmentos envolvidos e a partir da realidade das Unidades Prisionais.

A partir dessas orientações foi formada uma Comissão para coordenar o processo de construção coletiva do Plano, assim constituída: representantes da SEC (Superintendência de Educação Básica/Coordenação da Educação de Jovens e Adultos, Superintendência de Educação Profissional e Coordenação do Programa Todos pela Alfabetização – TOPA); representantes da SEAP (Superintendência de Ressocialização Sustentável/ Diretoria de Integração Social); representante do Conselho Estadual de Educação/Comissão da Educação de jovens e Adultos; representantes de Unidades Prisionais (Salvador, Feira de Santana e Juazeiro). Foram também convidados representantes do Fórum de EJA-Bahia e de Universidades públicas, mas estes não participaram diretamente da Comissão.

Para atender o prazo e as orientações, foram estabelecidas algumas atividades básicas que garantissem a elaboração do diagnóstico da educação de jovens e adultos privados de liberdade e a proposição de metas para a efetivação dessa educação como política pública.

O cronograma a seguir foi sendo ampliado e modificado a partir da prorrogação do prazo de entrega. As atividades decorrentes dessa ampliação fortaleceram e qualificaram o diálogo, a mobilização e o entendimento da importância do Plano.

1ª mudança de prazo – 31 de agosto

2ª mudança de prazo – 28 de setembro

Foi estabelecido o seguinte cronograma:

Atividades	Objetivos/Desenvolvimento	Datas/Período
Reuniões	<p>Apresentação das orientações e encaminhamentos para a elaboração do Plano.</p> <p>Discussão dos itens propostos para elaboração do Plano.</p> <p>Definição de responsabilidade pelas informações, de acordo com a natureza de cada item constante do Guia de Orientações para elaboração do Plano, bem como de metodologia para levantar os dados e informações necessárias.</p>	15 e 20 de Junho
Elaboração de Instrumento	Levantamento de dados e informações por Unidade Prisional e elaboração de orientações para preenchimento do instrumento.	20 a 24 de Junho
Reunião	Redefinição das atividades: planejamento de reunião, através de IPTV e de dois seminários regionais em feira de Santana e Itabuna com o objetivo de ampliar a discussão sobre o Plano e analisar as informações já coletadas.	04 de Julho
Reunião, através de IPTV (à distância).	Discussão de cada item do Guia de Orientação e do Instrumento de Levantamento de Dados. As Unidades participaram através da interatividade.	12 de Julho
Seminários Regionais	<p>Discussão da Concepção da EJA para privados de liberdade, na perspectiva do direito.</p> <p>Levantamento da situação educacional de cada Unidade presente.</p> <p>Levantamento de proposições, tendo em vista a necessidade de intervenção na realidade.</p> <p>Orientação no sentido de envolver no levantamento das informações os segmentos envolvidos no desenvolvimento da educação.</p> <p>Grupo participante em Feira em de Santana: representantes de 9 Unidades</p> <p>Grupo participante em Itabuna: 4 Unidades</p>	17 e 18 de Julho
Análise dos Instrumentos	<p>Avaliação do nível de coerência dos dados coletados, por Unidade Prisional.</p> <p>Contato com as Unidades para esclarecimentos e correção dos dados.</p>	20 a 30 de Julho
Reunião	<p>Avaliação dos Seminários Regionais</p> <p>Planejamento do II Seminário Estadual: critério de participação, logística, programação e organização.</p> <p>Organização da Visita Técnica do MEC e MJ.</p>	30 de julho
Atividades Diversas	Preparação do II Seminário: definição de programação, convites, material, outras providências.	1º a 24 de agosto

Análise dos Dados Coletados	Preparação de planilhas, sistematização das informações e dados quantitativos. Elaboração de diagnóstico	1º a 24 de agosto
Reunião e Visita a 2 Unidades Prisionais de Salvador	Reunião técnica com representantes do MEC/SECADI e MJ/DEPEN: Apresentação e esclarecimentos sobre Programas do Governo Federal, destinados a educação em prisões. Discussão do processo de construção do Plano Estadual. Visita ao Conjunto Penal Feminino e à Penitenciária Lemos Brito.	17 de Agosto
Seminário	Realização do II Seminário Estadual de Educação em Prisões. Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apresentar o diagnóstico por Estabelecimento Prisional e geral do Estado</li> <li>✓ Estabelecimento de metas do Plano Estadual de Educação</li> </ul> Atividades Principais: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apresentação do processo de construção do Plano Estadual de Educação.</li> <li>✓ Apresentação do diagnóstico da educação prisional na Bahia e perspectivas de ampliar quantitativa e qualitativamente o atendimento ao direito à Educação dos privados de liberdade.</li> <li>✓ Audiência Pública - Apresentação e discussão da Minuta de Resolução que <i>Estabelece Diretrizes para a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia.</i></li> <li>✓ Apresentação e discussão das ofertas educacionais: fundamentos, objetivos, estrutura e funcionamento para subsidiar o estabelecimento das metas.</li> <li>✓ Definição de metas por Unidade Prisional</li> </ul>	27 a 29 de agosto  Nº de Participantes: 186
Atividades Diversas	Revisão do diagnóstico a partir de informações colhidas durante o Seminário Sistematização das informações referentes aos itens do Plano. Organização do Plano de Ação, integrante do Plano Estadual. Apresentação da versão preliminar do Plano Estadual.	De 1º a 20 de Setembro
Atividades Diversas	Revisão e organização final do Plano Assinatura. Envio para os Ministérios da Educação e da Justiça	21 a 27 de Setembro.

Nesse processo de construção coletiva, a utilização de instrumentos metodológicos, como: o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e principalmente o registro foi de fundamental importância para manter a mobilização, o interesse, a participação. Para o registro foi criado um formulário padrão com a pauta, os resultados e a indicação das próximas atividades.

Esse instrumento e outros eram socializados não só entre os membros da Comissão que coordenava a elaboração, mas todos que participavam direta ou indiretamente do processo. A preocupação foi sempre dar retorno para aqueles que foram convidados a participarem dessa construção. Além disso, foi estabelecido em consenso: qualquer informação solicitada a um gestor, a um coordenador, a um diretor de um órgão/setor, unidade prisional, escola de vinculação ou outro segmento, deveria ser discutida e socializada com os seus pares.

Por fim, o Plano que as Secretarias da Educação e da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia apresentam, pelo seu processo de construção, desvelou a realidade da educação em prisões e cria um compromisso de todos no sentido de qualificar essa educação, garantindo aos jovens e adultos privados de liberdade o direito inerente ao ser humano – o direito à educação.

## **2. CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL.**

### **2.1 As concepções norteadoras da oferta de educação nos estabelecimentos penais**

A Proposta Curricular para Educação em Prisões é referendada na Política de EJA para a Rede Estadual, implementada em 2009, que é compreendida enquanto processo de formação humana plena, que deve levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Ou seja, uma educação que possibilite, aos sujeitos dos setores populares, a garantia do seu direito à educação básica, através do atendimento às especificidades de comunidades indígenas, quilombolas, negras, do campo, de periferias urbanas, de idosos e de pessoas privadas de liberdade.

Os princípios desta proposta estão pautados pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na especificidade dos tempos humanos e o da reflexão coletiva sobre a prática docente, de forma a responder a questão que Paulo Freire trouxe para os(as) educadores(as) de jovens e adultos: em favor de quem e de que modelo de sociedade estamos trabalhando.

Assim a educação básica para os sujeitos privados de liberdade é algo característico, considerando que cabe ao Estado garantir educação pública para esses jovens e adultos, com características adequadas às especificidades da condição de vida e de sobrevivência na qual se encontram, garantindo o acesso à Educação e continuidade dos estudos.

É neste contexto e, com base nos princípios da Política de Educação de Jovens e Adultos, que se buscou contemplar as especificidades do cotidiano vivido nas unidades prisionais a partir da construção de uma política educacional para os sujeitos jovens e adultos que se encontram em privação de liberdade, adequando a dinâmica organizacional e curricular da EJA às necessidades de aprendizagem e formas de vida e sobrevivência desse coletivo.

Em atendimento a esses princípios, a implementação da proposta curricular exige a construção de um projeto político-pedagógico que oportunize a todos o reconhecimento dos internos enquanto sujeitos sociais que produzem saberes e cultura e demandam a apropriação dos saberes científico. Estes, por sua vez, devem ser trabalhados a partir da problematização e estudo de temáticas relacionadas às suas experiências de vida e ao contexto social.

A organização curricular deve representar a integração dos saberes construídos nos vários espaços ocupados pelos jovens e adultos ao longo da sua vida e no contexto penitenciário com os conhecimentos escolares, organizados nas áreas/componentes curriculares. Para atender a esse princípio, sugere-se a organização curricular por Eixos Temáticos (conhecimento originário da prática social), Temas Geradores (situações que expressam a realidade mais próxima; fatos e contradições da realidade vivenciada) e Áreas do Conhecimento (Conhecimentos históricos sistematizados organizados nas diversas disciplinas).

A organização curricular já determina a dinâmica entre os conteúdos disciplinares e os saberes das experiências de vida dos (as) educandos (as) expressos pelos Eixos Temáticos e Temas Geradores. De acordo com o currículo as aulas são organizadas a partir desses Eixos Temáticos e Temas Geradores que determinarão os conteúdos das disciplinas que ajudarão na sua compreensão e aquisição de competências e habilidades básicas importantes para sua formação. Desta forma, elimina-se a visão linear dos conteúdos pré-definidos por unidade letiva e adota-se a visão circular dos conteúdos, organizando-os de acordo com as necessidades do Eixo Temático e dos Temas Geradores.

## **2.2 As estratégias e metodologias utilizadas para a formulação da concepção adotada**

A proposta curricular da EJA é resultado de um trabalho participativo e se estruturou a partir da escuta dos principais sujeitos da EJA: educandos (as), educadores (as), gestores e coordenadores pedagógicos, bem como representantes dos diversos segmentos. No percurso da escuta, buscamos construir/partilhar espaços dialógicos por meio de reuniões, seminários, fóruns, encontros, como também realizamos a coleta de dados através de questionários respondidos pelos educandos de diferentes escolas e cursos de EJA, da capital e interior do Estado. Esse momento possibilitou a reflexão e a mobilização de alguns professores que atuam na escola de vinculação e na unidade prisional. Eles fazem parte do coletivo de educadores (as) da EJA, atuando em espaços diferentes.

Como parte integrante da Política de Educação de Adultos da rede estadual a construção de uma proposta curricular para a educação de jovens e adultos em prisões adotou as mesmas orientações metodológicas. Dentre outras atividades, em 2008 foi realizada uma oficina com professores de Salvador e Região Metropolitana que teve como objetivo primordial oportunizar a reflexão acerca das práticas educativas desenvolvidas no espaço escolar dentro das instituições prisionais, a partir da compreensão do lugar destas instituições em

nossa sociedade e da educação enquanto uma oportunidade para o desenvolvimento integral de cidadãos e sujeitos críticos.

Na avaliação dos participantes, a presença de todos os professores atuantes no contexto penitenciário e alguns coordenadores pedagógicos, possibilitou a troca de experiências e a formação de uma rede deste coletivo. Foi possível ainda, a partir deste contato, a identificação de algumas condições necessárias ao aperfeiçoamento da oferta de educação nas unidades prisionais, tais como: a formulação de uma proposta pedagógica específica para a oferta da Educação de Jovens e Adultos neste contexto; a implementação de instrumentos e metodologias que possibilitem um acompanhamento mais efetivo do percurso formativo dos educandos e a documentação para fins de remissão de pena; estudos e proposições de alternativas metodológicas que melhor se apliquem ao tempo e mobilidade característicos das instituições de privação de liberdade; maior articulação entre a SJCDH e a SEC, a fim de minimizar entraves na execução logística da oferta: infraestrutura, materiais didáticos, acesso dos professores e alunos às salas de aula, etc.

Esse processo de construção, baseado na escuta, continua buscando o aperfeiçoamento da prática pedagógica do coletivo de educadores (as) de jovens e adultos privados de liberdade.

### **3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES NO ESTADO**

As informações coletadas a respeito da Educação nas prisões no Estado da Bahia demonstram que a sua história é recente, a partir da década de 90 com a criação da Escola Especial da Penitenciária Lemos Brito que hoje é responsável pelo desenvolvimento da educação de jovens e adultos nas unidades prisionais de Salvador.

Em 2002, é assinado um convênio ente a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos/Projeto Educar para Integrar e a Secretaria da Educação para implantação de Postos de Extensão em presídios para o desenvolvimento do curso de EJA Ensino Fundamental, 1º Segmento. Atendendo as diretrizes legais vigentes para a educação de jovens e adultos, esta modalidade apresentava organização curricular, estrutura e metodologia próprias, a partir dos saberes e cultura construídos pelos privados de liberdade.

Através desse convênio, em 2002 foram atendidos 315 reclusos de Unidades Prisionais (02 na Capital e 04 no interior). Em 2003 foi implantado em mais 03 Unidades do interior. Mais ainda não se constituía uma política de educação.

No âmbito nacional, essa política começou a ser configurada em 2005 quando foi firmado Protocolo de Intenções entre os Ministérios da Justiça e Educação a fim de implantar uma política nacional de educação para jovens e adultos em privação de liberdade.

Na esfera estadual, como desdobramento da orientação nacional, em 2007 a oferta de educação nas unidades prisionais do Estado da Bahia começa a ser desenvolvida de forma integrada entre a Secretaria de Educação (SEC) e a Secretaria de Justiça do Estado (SJCDH). Alinhados com o projeto Educando para a Liberdade, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), em parceria com a UNESCO e o Governo japonês, realizou-se, em 2007, a I Videoconferência Estadual de Educação no Sistema Penitenciário, com o objetivo de agregar e sensibilizar gestores e educadores envolvidos, direta ou indiretamente, com o Sistema Penitenciário.

Contando com a participação de profissionais da administração penitenciária, professores e gestores das escolas vinculadas às unidades prisionais, além de representantes da sociedade civil organizada, esta consistiu na etapa inicial para a construção de uma política pública integrada de educação em prisões. A partir de então, constituiu-se um grupo interdisciplinar de consultores nas áreas de Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais, Segurança Pública, Direito Criminal, Administração, representante de movimentos sociais organizados e agentes penitenciários, para formular a proposta que subsidiaria a formação dos professores que atuam nas unidades prisionais do Estado.

Nos anos seguintes (2008 e 2009), com a implementação da Política da Educação de Jovens e adultos na Rede Estadual, são considerados os diversos coletivos, destacando-se o trabalho desenvolvido nas unidades prisionais, o qual vem indicando novos caminhos para a construção efetiva de uma política educacional para os sujeitos jovens e adultos que se encontram em privação de liberdade. Busca-se, com isto, adequar a dinâmica organizacional e curricular da EJA às necessidades de aprendizagem e formas de sobrevivência deste coletivo.

Em 2011 com a criação da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização esse trabalho vem sendo retomado e fortalecido com a construção do Plano Estadual de Educação em Prisões.

## 4 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO ESTADO

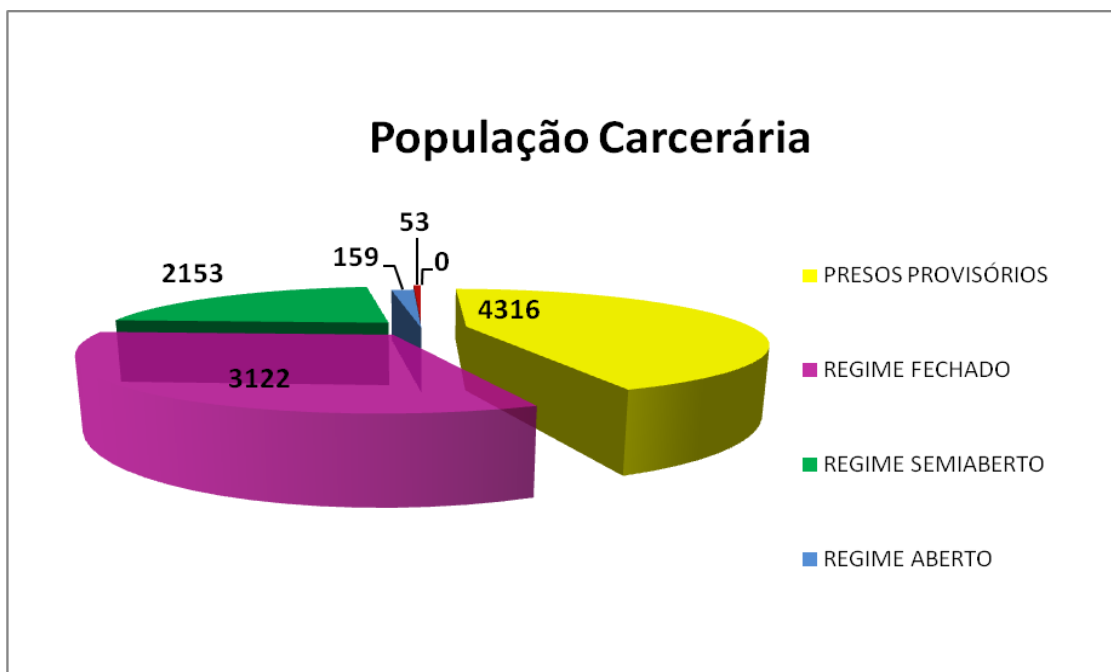
### 4.1 Espelho geral do Estado

#### 4.1.1. Estabelecimentos Penais

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS	Oferta de Educação	
		Sim	Não
Penitenciárias	11	11	0
Colônias agrícolas, industriais.	2	2	0
Casas de albergados	1	1	0
Cadeias públicas	5	3	2
Hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico	1	1	0
Patronato	0	0	0
Total	20	18	2

Do total de Estabelecimentos apenas 02 (dois) não apresentam oferta educacional: a unidade de Ilhéus e a de Esplanada. Além desses Estabelecimentos, integram o Sistema Prisional da Bahia: a Unidade Especial Disciplinar (UED), o Centro de Observação Penal (COP) e a Central Médica Penitenciária (CMP) que foram criadas para desempenhar funções específicas dentro no sistema.

#### 4.1.2. POPULAÇÃO CARCERÁRIA – Quantidade de Presos no Sistema Penitenciário



#### **4.1.3. POPULAÇÃO CARCERÁRIA – Crianças em companhia da mãe em estabelecimentos femininos.**

A população carcerária feminina, no total de 521 internas, representa 5,23%. O Conjunto Penal Feminino, em Salvador, segundo dados fornecidos pela Unidade, apresenta uma população de 158 mulheres. As demais estão custodiadas em outras 5 (cinco) Unidades Prisionais do interior.

Dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN, em maio de 2012, o número de crianças em companhia das mães, 8 (oito), representando o total do Sistema Prisional. A presença de crianças nas Unidades, bem como o nível de atendimento esta detalhada no item 15 desse plano.

#### **4.1.4. Agentes Penitenciários**

##### **4.1.4.1 Agentes Penitenciários – Vínculo Trabalhista**

<b>Vínculo Trabalhista</b>	<b>Quantidade</b>
Concursados	994
Terceirizados	602
Cargos Comissionados	102
Total	1698

##### **4.1.4.2. Agentes**

##### **Penitenciários – Nível de Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>
Ensino Fundamental Incompleto	3
Ensino Fundamental Completo	125
Ensino Médio Incompleto	18
Ensino Médio Completo	1232
Ensino Superior Incompleto	125
Ensino Superior Completo	188
Ensino Acima de Superior Completo	34
Total	1725

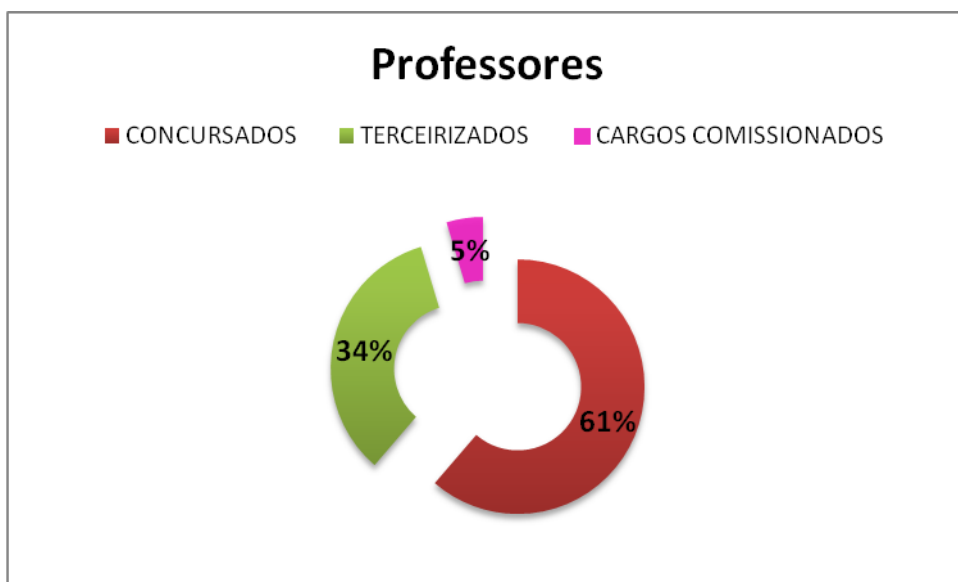
#### 4.1.5. Educadores

##### 4.1.5.1. Coordenador Pedagógico

Coordenador Pedagógico	Quantidade
Concursados	2
Terceirizados	5
Cargos Comissionados	2
Total	9

##### 4.1.5.2. Professores

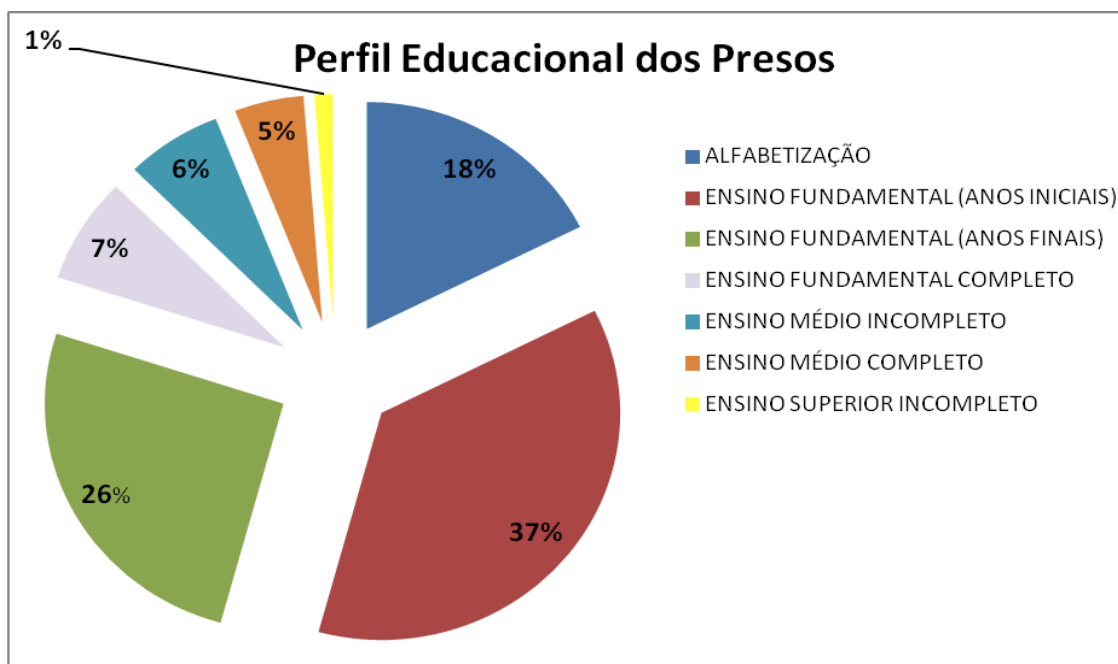
A equipe de professores que atua no Sistema de Educação Prisional conta com 150 profissionais conforme gráfico abaixo.



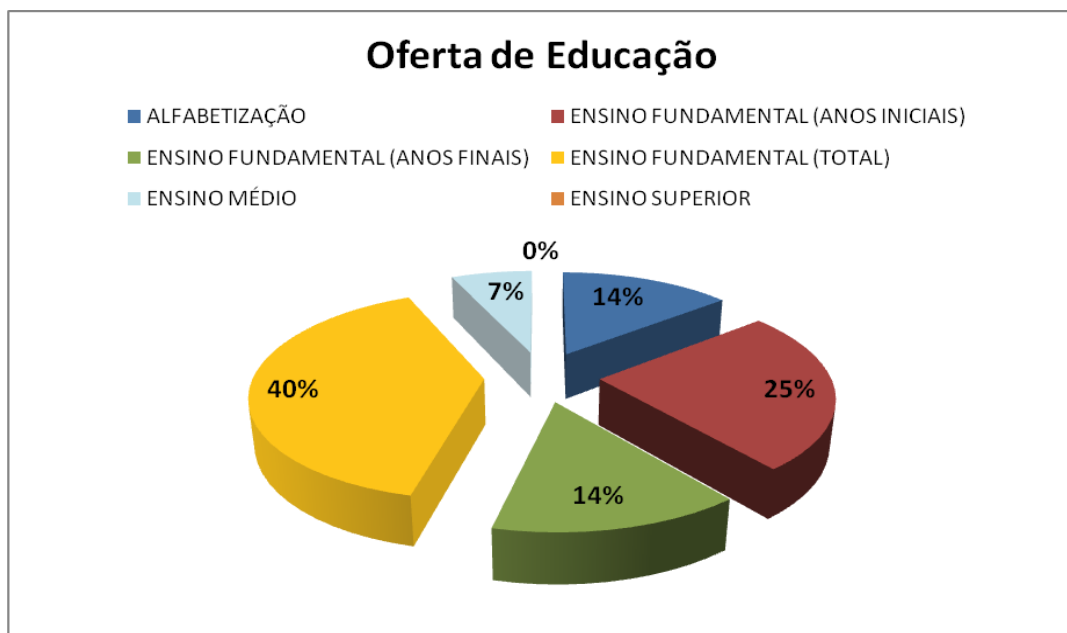
##### 4.1.5.3. Monitores

Monitores	Quantidade
Concursados	0
Terceirizados	9
Cargos comissionados	0
Total	9

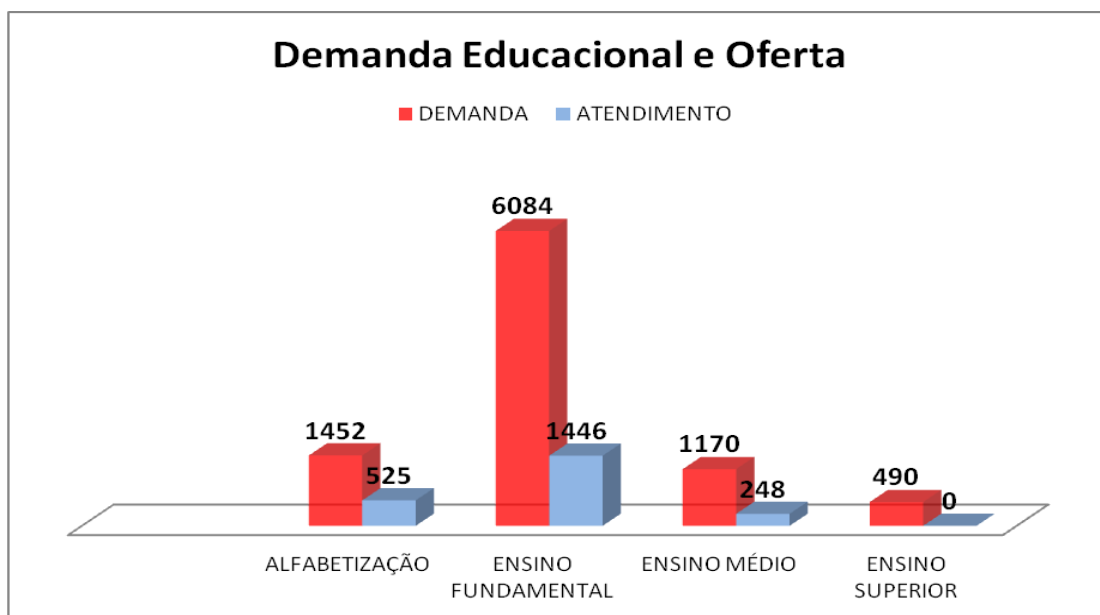
#### 4.1.6. Perfil Educacional dos Presos



#### 4.1.7. Oferta de Educação



#### 4.1.8. Demanda Educacional e Oferta



#### 4.1.9. Informações Adicionais da Oferta

Referência	Quantidade
Vagas de ensino ofertadas	2.815
Salas de aula	72
Biblioteca	13
Laboratório de informática	4
Salas equipadas para ead	0
Área para prática de esportes	18
Ponto de leitura	6

#### 4.2.1 - PERFIL EDUCACIONAL DOS PRESOS

Estabelecimento														
	Alfabetização		Ens. Fundamental. Incompleto -Anos Iniciais		Ens. Fundamental Incompleto – Anos Finais		Ens. Fundamental Completo		Ens. Médio Incompleto		Ens. Médio Completo		Superior Incompleto	
	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%
1. Penitenciária Lemos Brito	216		360	27,40%	508	38.7%	80	6.1%	81	6.2	54	4.1	10	0.8
2.Presídio Salvador	250	24%	392	71,00%	170	29,00%	73	.7.0%		7%	62	6,00%	21	2%
3. Conjunto Penal Feminino	9	6%	48	30.4%	62	39.2%	6	3.8%	13	8.2	18	11.4%	1	0.6
4. Hosp. de Custódia e Tratamento	30	25.2%	23	19.3%	48	40.3%	6	5.0%	3	2.5	3	2.5%	4	3.36%
5. Casa do Albergado e Egressos	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
6. Colônia Penal Lafayette Coutinho	46	9.7%	194	41,00%	125	26.3%	39	820%	36	7.6	32	6.7%	1	0
7. Cadeia Pública de Salvador	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
8. Centro de Observação Penal	27	9%	70	23,30%	69	23,00%	41	13.7%	32	10.7	38	12.7%	20	6.7
9. Unidade Especial Disciplinar	14	5.3%	29	10.9%	97	36.6%	53	20%	52	19.6	20	7.5%	0	0
10.Clínica Médica	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
11. Colônia Penal de Simões Filho	33	13.9%	32	13.5%	149	62.9%	12	5.1%	7	2.9	4	1.7%	0	0
12. Conjunto Penal de Lauro de Freitas	28	7%	225	56,00%	61	15.2%	23	5.7%	36	9	28	7,00%	3	0.7
13. Conjunto Penal de Feira de Santana	83	11.7%	257	36.3%	166	23.4%	111	15.7%	37	5.22%	47	6.64%	5	0.71%
14. Presídio Advogado Ruy Penalva	14	9.0%	70	45,20%	52	33.5%	20	12.9%	6	3.9	0	0,00%	0	0
15.Conjunto Penal de Valença	48	11.32%	200	47.16%	110	25.94%	15	3.5%	36	8.49%	15	3.53%	0	0
16.Presídio Advogado Ariston Cardoso	110	53.3%	17	8.0%	23	10.9%	20	9.5%	20	9.5	20	9.5%	0	0
17. Conjunto Penal de Itabuna	352	36.79%	333	34.80%	113	11.81%	38	3.98%	46	4.81%	35	3.66%	12	1.25%
18. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	44	7.19%	290	47.38%	217	35.45%	14	2.29%	32	5.23%	12	1.96%	1	0.16%
19. Presídio Regional de Paulo Afonso	56	21.6%	88	34,00%	57	22,00%	21	8.1%	15	5.8	19	7.33%	3	1.6
20. Conjunto Penal de Serrinha	90	18.7	196	40.7%	102	21.2%	24	4.9%	38	7.9%	27	5.8%	4	0.8%
21. Conjunto Penal de Jequié	38	4.5%	474	55.7%	252	29.6%	20	2.3%	64	7.5	0	0,00%	3	0.3
22. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro	124	18.78%	186	28.18%	123	18.63%	107	16.21%	56	8.48%	39	5.9%	25	3.78%
23. Presídio Regional Nilton Gonçalves	140	16.5%	110	32.23%	20	6.04%	15	4.53%	20	6.04%	12	3.62%	10	3.02%

<b>TOTAL</b>	<b>1722</b>	<b>17.57%</b>	<b>3596</b>	<b>36.68%</b>	<b>2524</b>	<b>25.75%</b>	<b>738</b>	<b>7.53%</b>	<b>640</b>	<b>6.53%</b>	<b>460</b>	<b>4.69%</b>	<b>123</b>	<b>1.25%</b>
--------------	-------------	---------------	-------------	---------------	-------------	---------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------

#### 4.2.2. OFERTA DE EDUCAÇÃO

Estabelecimento												
	Alfabetização		Ens. Fundamental. Incompleto - Anos Iniciais		Ens. Fundamental Incompleto – Anos Finais		Ens. Fundamental total		Ens. Médio		Ens. Superior	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1. Penitenciária Lemos Brito	*		101	33.67	152	50.67%	253	84.33%	47	15.67%	0	0,00%
2. Presídio Salvador	*		100	71.43%	40	28.57%	140	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
3. Conjunto Penal Feminino	9	10%	56	62.22%	25	27.78%	81	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
4. Hospital de Custódia e Tratamento	*		40	100,00%	0	0,00%	40	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
5. Casa do Albergado e Egressos	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
6. Colônia Penal Lafayete Coutinho	22	15.06%	51	34.93%	35	23.97%	86	58.90%	38	26.03%	0	0,00%
7. Cadeia Pública de Salvador	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
8. Colônia Penal de Simões Filho	30	30%	70	70,00%	0		70	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
9. Conjunto Penal de Lauro de Freitas	20	25%	60	75,00%	0	0,00%	60	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
10. Conjunto Penal de Feira de Santana	20	6.6%	131	39.7%	107	32.42%	238	7212,00%	72	21.82%	0	0,00%
11. Presídio Advogado Ruy Penalva	**											
12. Conjunto Penal de Valença	40	33.33%	80	66.66%	0	0,00%	80	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
13. Presídio Advogado Ariston Cardoso	***											
14. Conjunto Penal de Itabuna	88	36.97%	54	22.69%	96	40.34%	150	63.02%	0	0,00%	0	0,00%
15. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	40	33.33%	40	33.33%	20	16.67%	60	50,00%	20	66.6%	0	0,00%
16. Presídio Regional de Paulo Afonso	32	100%	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
17. Conjunto Penal de Serrinha	30	25%	30	25,00%	30	25%	60	50,00%	30	25,00%	0	0,00%
18. Conjunto Penal de Jequié	14	12.28%	69	60.52%	31	21.19%	100	87.71%	0	0,00%	0	0,00%

19. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro	80	40%	40	20,00%	40	20.%	80	40,00%	40	20,00%	0	0,00%
20. Presídio Regional Nilton Gonçalves	140	58.33%	75	31.25%	5	2.08%	80	33.33%	20	8.33%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>565</b>	<b>23.44%</b>	<b>997</b>	<b>41.37%</b>	<b>581</b>	<b>24.11%</b>	<b>1578</b>	<b>65.48%</b>	<b>267</b>	<b>11.08%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

**\* Inclusa nos anos iniciais do Ensino Fundamental**

**\*\* Não desenvolve atividade educativa**

**\*\*\* Não ofereceu atividade educativa em 2012**

### 4.2.3. Relação entre Demanda Educacional e Oferta

ESTABELECIMENTO													
	ALFABETIZAÇÃO			ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			ENSINO SUPERIOR			TOTAL
	DEMANDA	ATEND	% DE COBERTURA	DEMANDA	ATEND	% DE COBERTURA	DEMANDA	ATEND	% DE COBERTURA	DEMANDA	ATEND	% DE COBERTURA	% DE COBERTURA
1. Penitenciária Lemos Brito	*			1084	231	21.31%	161	47	29.19%	64	0	0,00%	21.23%
2. Presídio Salvador	250	*	*	562	121	21.53%	146	0	0,00%	84	0	0,00%	11.61%
3. Conjunto Penal Feminino	9	9	100,00%	110	55	50,00%	20	0	0,00%	18	0	0,00%	40.76%
4. Hospital de Custódia e Tratamento													
5. Casa do Albergado e Egressos	0	0%	0,00%	101	40	86.32%	9	0	0,00%	7	0	0,00%	34.19%
6. Colônia Penal Lafayete Coutinho	46	22	47.82%	319	86	26.06%	75	38	50.66%	35	0	0,00%	30.76%
7. Cadeia Pública de Salvador	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
8. Colônia Penal de Simões Filho	33	15	52.64%	181	35	19.34%	19	0	0,00%	4	0	0,00%	21.10%
09. Conjunto Penal de Lauro de Freitas	28	9	32.14%	286	47	16.43%	59	0	0,00%	31	0	0,00%	13.86%
10. Conjunto Penal de Feira de Santana	83	20	24.10%	423	248	56.74%	148	73	49.32%	52	0	0,00%	48.30%
11. Presídio Advogado Ruy Penalva	**												
12. Conjunto Penal de Valença	48	40	92.1%	310	80	25.8%	51	0	0,00%	15	0	0,00%	28.30%
13. Presídio Advogado Ariston Cardoso	110	0	0,00%	40	0	0,00%	40	0	0,00%	20	0	0,00%	0,00%
14. Conjunto Penal de Itabuna	352	88	25,00%	446	150	33.6%	84	0	0,00%	47	0	0,00%	25.62%
15. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	44	38	86.36%	507	36	7.1%	46	0	0,00%	13	0	0,00%	12.13%
16. Presídio Regional de Paulo Afonso	56	23	41,00%	145	0	0,00%	36	0	0,00%	19	0	0,00%	8.98%
19. Conjunto Penal de Serrinha	90	26	28.8%	298	57	19.1%	62	30	48.3%	31	0	0,00%	23.49%

20. Conjunto Penal de Jequié	38	15	39.47%	726	100	13.77%	84	0	0,00%	3	0	0,00%	13.51%
21. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro	124	80	64.52%	416	80	19.23%	95	40	42,11%	25	0	0,00%	30.30%
22. Presídio Regional Nilton Gonçalves	140	140	100,00%	130	80	61.54%	35	20	57.14%	22	0	0,00%	73.39%
<b>TOTAL</b>	<b>1452</b>	<b>525</b>	<b>36,16%</b>	<b>6084</b>	<b>1446</b>	<b>23.77%</b>	<b>1170</b>	<b>248</b>	<b>21.20%</b>	<b>490</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>24.13%</b>

\* Incluso no Ensino Fundamental  
NR Não respondeu

\*\* Não oferece Atividade Educacional

#### 4.2.4. Exames de Certificação

Estabelecimento	MEIO			QUANTIDADE
	EXAME SUPLETIVO ESTADUAL	ENCCEJA	ENEM	
1. Penitenciária Lemos Brito	NR	NR	NR	0
2. Presídio Salvador	0	0	0	0
3. Conjunto Penal Feminino	0	0	0	0
4. Hospital de Custódia e Tratamento	0	0	0	0
5. Casa do Albergado e Egressos	NR	NR	NR	NR
6. Colônia Penal Lafayete Coutinho	0	0	0	0
7. Cadeia Pública de Salvador	0	0	5	5
11. Colônia Penal de Simões Filho	0	0	0	
12. Conjunto Penal de Lauro de Freitas	0	0	1	1
13. Conjunto Penal de Feira de Santana	0	1	18	19
14. Presídio Advogado Ruy Penalva				
15. Conjunto Penal de Valença	0	9	9	18
16. Presídio Advogado Ariston Cardoso	0	0	0	0
17. Conjunto Penal de Itabuna	0	0	1	1
18. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	0	84	24	108
19. Presídio Regional de Paulo Afonso	0	0	10	10
20. Conjunto Penal de Serrinha	0	0	0	0
21. Conjunto Penal de Jequié	0	0	0	0
22. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro	3	14	20	37
23. Presídio Regional Nilton Gonçalves	20	80	0	100
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>211</b>	<b>88</b>	<b>299</b>

#### 4.2.5. OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO

Estabelecimento	Escola de vinculação	Município	Alfabetização	Ensino fundamental	Ensino médio	Total	Vagas	População atual	% de atend	Salas	Turmas	Professores	
1. Penitenciária Lemos Brito	Escola Especial da Penitenciária Lemos Brito	Salvador	*	253	47	300	322	1311	22.88%	11	21	24	
2. Presídio Salvador			*	140	0	140	160	1042	13.43%	3	6	8	
3. Conjunto Penal Feminino			9	81	0	90	128	158	56.97%	2	4	8	
4. Hospital de Custódia e Tratamento			*	40	0	40	60	119	36.61%	2	4	2	
5. Casa do Albergado e Egressos			NR	NR	NR	NR							
6. Colônia Penal Lafayete Coutinho			22	86	38	146	200	475	30.74%	2	5	7	
7. Cadeia Pública de Salvador			NR	NR	NR	NR	NR	NR			4	8	4
11. Colônia Penal de Simões Filho	Col., Est. Dr. Berlindo M. de Oliveira	Simões filho	30	70	0	100	100	237	42.19%	2	2	1	
12. Conjunto Penal de Lauro de Freitas	Col. Américo Simas	Lauro de Freitas	20	60	0	80	80	404	19.80%	4	6	3	
13. Conjunto Penal de Feira de Santana	Col. Est. Paupo VI	Feira de Santana	20	238	72	330	340	708	46.61%	11	22	26	
14. Presídio Advogado Ruy Penalva		Esplanada	**										
15. Conjunto Penal de Valença	Esc. Est., Padre José de Souza	Valença	40	80	0	120	120	424	28.30%	3	6	3	
16. Presídio Advogado Ariston Cardoso		Ilhéus	***										
17. Conjunto Penal de Itabuna	Esc. Munic. Fernando Cordier e Col. Est. De Itabuna	Itabuna	88	150	0	238	400	929	25.61%	8	14	16	
18. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Esc. Munic. Antonio C.	Teixeira de Freitas	40	60	20	120	120	612	19.61%	3	5	5	

	Sobrinho											
19. Presídio Regional de Paulo Afonso	---	Paulo Afonso	32	0	0	32	32	259	12.35%	1	2	2
20. Conjunto Penal de Serrinha	Esc. Cleon P. Ferreira e Col. Est. Rubem Nogueira	Serrinha	30	60	30	120	135	481	24.95%	6	7	6
21. Conjunto Penal de Jequié	Col. Est. César Borges	Jequié	14	100	0	114	178	851	13.40%	4	10	11
22. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro	Col. Est. Américo Tanuri e Esc. Munuc. Profª Maria F. Pires	Juazeiro	80	80	40	200	200	660	30.30%	4	5	9
23. Presídio Regional Nilton Gonçalves	Esc. Munic. Maria Santana	Vitória da conquista	140	80	20	240	240	331	72.51%	2	28	15
<b>TOTAL GERAL</b>			565	1578	267	2410	2815	9001	26.77%	72	155	150

ESTABELECIMENTO	OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL		
	ATIVIDADES OFERECIDAS	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
2. Presídio Salvador			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
3. Conjunto Penal Feminino			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
4. Hospital de Custódia e Tratamento			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
5. Casa do Albergado e Egressos			Sem informação
6. Colônia Penal Lafayete Coutinho			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
7. Cadeia Pública de Salvador			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
8. Centro de Operação Penal			Não oferece
9. Unidade Especial Disciplinar			Não oferece
10. Clínica Médica			Não oferece
11. Colônia Penal de Simões Filho			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
12. Conjunto Penal de Lauro de Freitas			Não houve renovação de convênio com as instituições parceiras
13. Conjunto Penal de Feira de Santana	Pintura em tecidos	Pastoral Carcerária	
14. Presídio Advogado Ruy Penalva			Não tem oferta educativa
15. Conjunto Penal de Valença			Não oferece há três anos
16. Presídio Advogado Ariston Cardoso			Não teve oferta educativa em 2012
17. Conjunto Penal de Itabuna	Eletricidade predial; informática básica; manutenção de computador; cabeleireiro ; artesanato	Fundação Dom Avelar e Socializa	
18. Conjunto Penal de Teixeira de Freitas			Não oferece atividade não formal em 2012
19. Presídio Regional de Paulo Afonso	Corte e Costura e Serigrafia	Fábrica Danucha Confecção	Fábrica do Presídio
20. Conjunto Penal de Serrinha			Não oferece atividade não formal em 2012
21. Conjunto Penal de Jequié	Padeiro e de encanador hidro - sanitário	Fundação Dom Avelar e SENAI	

<b>22. Conjunto Penal de Juazeiro – Juazeiro</b>	Português , matemática; comunicação;oficina de técnica de rádio	FASJ; IDESAB	Instalação de uma rádio difusora na UP
<b>23. Presídio Regional Nilton Gonçalves</b>			Não oferece atividade não formal

## **5. GESTÃO**

### **5.1. Atribuições e Competências**

#### **5.1.1 Competências e Atribuições da Secretaria da Educação e da Administração Penitenciária.**

As competências e atribuições das Secretarias da Educação e da Administração Penitenciária estão sendo definidas e comporão um Termo de Cooperação Técnica. Este instrumento normativo está em forma de minuta e está sendo analisado pelos setores competentes das duas Secretarias.

Objeto e Principais Atribuições previstas na Minuta do Termo de Cooperação Técnica

Objeto: a cooperação técnica entre os partícipes, com vistas à conjugação de esforços para o atendimento educacional à comunidade carcerária, através da oferta de Educação Básica, Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, da oferta de Alfabetização de Jovens e Adultos e de Educação Profissional, nas Unidades Prisionais da Capital e do interior do Estado da Bahia, garantindo o direito à educação, conforme dispositivos legais vigentes.

Competências da Secretaria da Educação:

- implantar e implementar cursos de Educação Básica para Jovens e Adultos nas Unidades Prisionais, através da vinculação a uma Unidade Escolar;
- emitir atestados e certificado de conclusão de curso;
- assegurar a regularidade das atividades pedagógicas às comunidades atendidas, cumprindo rigorosamente o planejamento pré-estabelecido;
- avaliar, conjuntamente com representante da SEAP, a necessidade e a oportunidade de aquisição ou substituição de equipamentos pedagógicos;
- prover as Unidades Carcerárias de materiais de consumo, material didático e equipamentos pedagógicos para atendimento das demandas educacionais das comunidades carcerárias;
- acompanhar os inventários oficiais dos equipamentos pedagógicos pertencentes à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, colocados à disposição da SJCDH para a viabilização das atividades pedagógicas;
- estabelecer escola de vinculação da Rede Estadual para todas as unidades prisionais;
- prover as todas as Unidades Carcerárias de pessoal docente qualificado para o fiel cumprimento de todas as atividades pedagógicas contempladas pelo presente instrumento, tendo em vista que as

Diretrizes Curriculares Nacionais delegam ao Estado a oferta de Educação em Prisões.

Competências da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização:

- providenciar espaço físico adequado e seguro para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- assegurar a manutenção dos espaços físicos destinados para desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- disponibilizar pessoal de apoio em quantitativo suficiente, conforme programação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, para o pleno desenvolvimento das atividades planejadas e formação necessária aos Agentes Penitenciários para atuar adequadamente frente às ações educativas desenvolvidas na unidade;
- fornecer, dentro de periodicidade estabelecida pela Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar – SUPEC, previsões de necessidades de materiais de consumo utilizados nas práticas pedagógicas;
- acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades relativas ao objeto deste Termo;
- assegurar a integridade física dos profissionais da Secretaria da Educação do Estado da Bahia designados para o desenvolvimento de atividades educacionais nas Unidades Carcerárias;
- responsabilizar-se pela guarda, preservação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, utilizados nas atividades pedagógicas;
- responsabilizar-se pela execução e encaminhamento para a SUPEC de inventários de verificação sobre equipamentos pertencentes à Secretaria da Educação do Estado da Bahia;
- comunicar imediatamente à Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar – SUPEC, toda e qualquer ocorrência havida com equipamentos destinados às atividades educacionais nas Unidades Carcerárias;
- comunicar imediatamente à Superintendência de Recursos Humanos – SUDEPE, toda e qualquer ocorrência havida com profissionais da Secretaria da Educação do Estado da Bahia envolvidos nas atividades educacionais nas Unidades Carcerárias;
- controlar a movimentação dos materiais pedagógicos e de consumo em geral fornecidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, encaminhando para a SUPEC relatórios periódicos, indicadores das necessidades de reposição desses materiais.

### **5.1.2. Resolução do Conselho Estadual de Educação sobre educação em prisões.**

O CEE/Bahia encontra-se em processo de elaboração da Resolução, para o que vem tomando as seguintes medidas:

1. Portaria nº 34/2011, de 19 de abril, constituiu Comissão Especial temporária, composta pelos Conselheiros: João Henrique dos Santos Coutinho, Pedro Sancho da Silva e Antonio Raimundo dos Anjos, para, sob a coordenação do primeiro, proceder a estudos quanto à elaboração de Projeto de Resolução referente à oferta de EJA aos privados de liberdade em estabelecimentos penais do Estado da Bahia;
2. Encontro, dos técnicos da SEC com os seguintes temas: os aspectos legais; perfil dos sujeitos de EJA em Unidades Prisionais; demanda da Bahia, segundo os dados da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (2007); estrutura curricular com base na concepção EJA – Tempos Formativos; processo de certificação; ações desenvolvidas no período de 2007 a 2010; Plano de Ação para 2011;
3. No dia 14 de fevereiro de 2012, a Comissão Especial, em conjunto com a CJA/CEE promoveu Audiência Pública para discutir a questão, com a presença da Superintendência de Ressocialização do Preso/SEAP, da Pastoral Carcerária e do Sindicato dos Servidores Penitenciários/SINSPEB, em que os presentes apresentaram os trabalhos desenvolvidos referentes às suas respectivas atribuições;
4. No dia 08 de maio de 2012, foi realizada uma videoconferência para discussão dos elementos que comporão o Parecer e a Resolução CEE, na qual foram expositores: Sérgio Trad - Cientista Social do Ministério da Justiça e Membro do Comitê Local de Articulação da SENASP; Alessandra Mascarenhas Prado - Superintendente de Ressocialização – SEAP/BA; Márcio de Oliveira Desidério - Assessor do Gabinete da Superintendência de Apoio e Defesa em Direitos Humanos em todas as suas Competências – SUDH; Isa Maria Fonseca Castro - Técnica da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da SEC/BA, responsável pela Educação em Prisões; Alan Roque S. Araujo – Defensoria Pública; e Maria Alba Guedes Machado Mello – Presidente da Comissão de Educação de Jovens e Adultos do CEE/BA. Estiveram presentes: os Conselheiros Ana Maria Silva Teixeira (presidente CEE); Sergio Armando Diniz Guerra (vice-presidente); Antônio Raimundo dos Anjos (vice-presidente da COEJA); Claudia Maria de Souza Moura, Jucinalva Pinto Peruna; e Maria Raimunda Pereira Sant’Ana (da Câmara da Educação Básica) e Maria de Fátima Mota Uripia (Coordenadora do Fórum EJA/Bahia).

5. Durante a realização do II Seminário Estadual de Educação em Prisões, foi realizada uma Audiência Pública para a apresentação da Minuta da Resolução.

### **5.1.3. Estrutura da gestão da organização da educação no sistema penitenciário na Secretaria de Educação e na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização.**

Estrutura da Secretaria da Educação - SEC

A educação em prisões no âmbito da SEC é de responsabilidade da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos/Diretoria de Educação Básica/Superintendência de Educação Básica.

Estrutura da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP:

No âmbito da SEAP a ação educacional nos estabelecimentos penais é atribuição da Diretoria de Ação Social/Superintendência de Ressocialização Sustentável.

## **5.2. Regras e Procedimentos de Rotina**

Atualmente não há um normativo de regras e procedimento de rotina, especificamente, constituído para a oferta de Educação nas prisões. Estes procedimentos obedecem aos mesmos procedimentos ordinários de deslocamento de presos de suas celas para as demais atividades assistenciais, conforme estabelecidos na Lei de nº 7.210/87, Lei de Execução Penal.

A Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, no seu Regimento Interno, que está em fase de aprovação, elenca, na Seção IX, Artigo 12 – Da Superintendência de Gestão Prisional -, dentre outras competências a de fazer cumprir os regulamentos Técnicos e Operacionais de funcionamento das Unidades Prisionais bem como coordenar e acompanhar o deslocamento dos custodiados dentro e fora das Unidades Prisionais.

A Coordenação de Gestão Organizacional da SEAP (COGEL) está elaborando um Plano de Ação de Modernização e Qualificação com a finalidade de atender as determinações do Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre elas, a de organização e regulamentação do funcionamento das unidades Prisionais e capacitação do corpo técnico como um todo padronizando todos os procedimentos do Sistema Prisional.

### **5.3.1. A seleção dos professores e dos agentes que atuam na oferta de educação**

Os professores que atuam nas unidades prisionais fazem parte da rede, lotados nas escolas estaduais ou municipais, segundo legislação específica para esse fim. Esses profissionais, em sua maioria da rede estadual, apresentam as seguintes formas de vinculação:

- Concursados, fazendo parte do quadro de efetivo da Secretaria da Educação;
- Contratados através de Regime Especial de Direito Administrativo – REDA (regime criado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, permitindo haver contratação de pessoal, por tempo determinado e sob regime de direito administrativo);
- Contratados através de Prestação de Serviço Temporário – PST.

A contratação temporária, principalmente no caso PST, vem apresentando algumas dificuldades no que se refere à participação dos profissionais nos programas de formação.

Quanto a participação dos agentes que atuam na oferta de educação, as Unidades declararam que não dispõem de Agentes Penitenciários específicos para conduzir os alunos para a sala de aula e retornar às celas. Existe um revezamento diário, não podendo determinar quais são os envolvidos diretamente com a oferta de educação nos estabelecimentos.

No desenvolvimento dessa atividade os agentes seguem os mesmos procedimentos de segurança inerentes a outras atividades assistenciais.

### **5.3.2. Nome, vínculo trabalhista, cargo/função, escolaridade, escola que atua e os contatos eletrônicos dos profissionais envolvidos diretamente com a oferta de educação nos estabelecimentos. (Ver tabela a seguir).**

Nome	Vínculo Trabalhista	Cargo/Função	Escolaridade	Escola em que Atua	Contato Eletrônico
<b>Penitenciária Lemos Brito</b>					
Célia Santos Pinheiro Costa	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	celiapinheiro50@yahoo.com.br
Derivaldo Santana dos Santos	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	Derip31@yahoo.com.br
Edna Rodrigues dos S. Santana	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	edrossant@bol.com.br
Elisabete Lopes dos Santos	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	betelopezsantos@hotmail.com
Elisabeth Ana C. Vergne Abreu.	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vergneliza@ibest.com.br
Eneida Lima de Britto	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	eneidabritto@yahoo.com.br
Eunice de Santana Santos	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	nyce.santana@hotmail.com
Fábio Carvalho da Hora	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	fcdahora@hotmail.com
Jacélia Tosta Ramos	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	jaceliatosta@yahoo.com.br
Janete Alves de Menezes	Efetivo	Professora	Magistério	E.E.P. Lemos Brito	Jmenezes_47@hotmail.com
Janete Pereira de Sousa	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	jpsousamaro@yahoo.com.br
Jaqueline de Jesus Ramos	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	ineramos@gmail.com
Josué Fernandes de Araújo	REDA	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	josuegeo@hotmail.com
Marineusa Santos Lima	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	marineusalima@gmail.com
M <sup>a</sup> . Auxiliadora Coelho	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos	doracoelho@bol.com.br

Silva				Brito	
Maria das Graças Reis Barreto	Efetivo	Diretora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	mariagrbarreto@hotmail.com
Maria de Fátima da S. Andrade	PST	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	fatimasilva@yahoo.com.br
Olívia Maria dos Santos Mendes	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	oliviamendes@hotmail.com
Raimunda Vieira Dias Filha	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	raimunda.dias@yahoo.com.br
Sandra Maria Vieira Borges	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	smvborges@hotmail.com
Sonia	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	
Vilma Gomes Vilasboas	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vigovane@yahoo.com.br
Wilson Bruno Prates	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	wbprates@hotmail.com
<b>Presídio Salvador</b>					
Derivaldo Santana dos Santos	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	Derip31@yahoo.com.br
Edna Rodrigues dos S. Santana	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	edrossant@bol.com.br
Elisabeth Ana C. Vergne Abreu.	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vergneliza@ibest.com.br
Eneida Lima de Britto	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	eneidabritto@yahoo.com.br
Fábio Carvalho da Hora	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	fcdahora@hotmail.com
Janete Pereira de Sousa	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	jpsousamaro@yahoo.com.br
Josué Fernandes de Araújo	REDA	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	josuegeo@hotmail.com

Marineusa Santos Lima	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	marineusalima@gmail.com
Sonia	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	
Tânia Maria Vargas Sant'ana	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	taniemvargas@yahoo.com.br
Vilma Gomes Vilasboas	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vigovane@yahoo.com.br
<b>Conjunto Penal Feminino</b>					
Eunice de Santana Santos	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	nyce.santana@hotmail.com
Fábio Carvalho da Hora	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	fcdahora@hotmail.com
Josué Fernandes de Araújo	REDA	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	josuegeo@hotmail.com
Marineusa Santos Lima	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	marineusalima@gmail.com
Raimundo Dias de Matos	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	rdiasmatos@terra.com.br
Sonia	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	
Vilma Gomes Vilasboas	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vigovane@yahoo.com.br
Jorge	PST	Professor	Superior		
<b>Hospital de Custódia e Tratamento</b>					
Elinéa Mendes de Santana	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	elineamendes@hotmail.com
Gersonita Azevedo de Santana	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	E.E.P. Lemos Brito	bellaazevedo31@hotmail.com
<b>Colônia Penal Lafayette Coutinho</b>					
Derivaldo Santana dos Santos	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	Derip31@yahoo.com.br

Edna Rodrigues dos S. Santana	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	edrossant@bol.com.br
Elisabeth Ana C. Vergne Abreu.	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vergneliza@ibest.com.br
Eneida Lima de Britto	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	eneidabritto@yahoo.com.br
Fábio Carvalho da Hora	Efetivo	Professor	Superior	E.E.P. Lemos Brito	fcdahora@hotmail.com
Janete Pereira de Sousa	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	jpsousamaro@yahoo.com.br
Luzia Cristina Gama Acherman	Efetivo	Professora	Magistério	E.E.P. Lemos Brito	luziaacherman@yahoo.com.br
Marineusa Santos Lima	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	marineusalima@gmail.com
Vilma Gomes Vilasboas	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	vigovane@yahoo.com.br
<b>Cadeia Pública de Salvador</b>					
Edna Porto de Oliveira	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	portoedna@yahoo.com.br
Ivonete Neri de Jesus	Efetivo	Professora	Superior/Incomp	E.E.P. Lemos Brito	lvoneteneri2009@hotmail.com
Newdith Mendonça Dias	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	newdith@ig.com.br
Simone M. de Andrade Farias	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	monemaf@hotmail.com
<b>Casa do Albergado e Egressos</b>					
Alba Potengy P. de Oliveira	Efetivo	Professora	Superior	E.E.P. Lemos Brito	albapotengy@hotmail.com

Nome	Vínculo Trabalhista	Cargo/Função	Escolaridade	Escola em que Atua	Contato Eletrônico
<b>Conjunto Penal de Lauro de Freitas</b>					
Não Informado				Colégio Américo Simas	
<b>Conjunto Penal de Simões Filho</b>					
Nivalda Matos Oliveira	Efetivo	Professora	Superior	Col. Berlindo Oliveira	Est.Dr. M. de
<b>Conjunto Penal de Feira de Santana</b>					
Ana Lourdes Rodrigues Amorim	Efetivo/Carg o	Secretária	Superior	Col. Est. Paulo VI	escolapaulo6@ibest.com.br
Ana Paula de Matos Lima	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	meigaloirinha@hotmail.com
Ana Verena Rodrigues Amorim	Efetivo	Diretora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	anaverena_amorim@hotmail.com
Andréa das Neves Santos Martins	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	dea-joao@hotmail.com
Ângela Maria Falcão do V. Chagas	Efetivo	Professora	Magistério	Col. Est. Paulo VI	
Bárbara Janaina Souza Miranda	PST	Professora	Magistério	Col. Est. Paulo VI	
Claudia Almeida Silva Santos	Estágio	Professora	Superior /Incomp.	Col. Est. Paulo VI	claudiaksantos@hotmail.com
Creuza da Silva Santos	Efetivo	Professora	Superior /Incomp.	Col. Est. Paulo VI	
Déa Maria Souza Miranda	Efetivo	Professora	Superior	Col. Est. Paulo VI	deamirandafsa@hotmail.com
Derlucia Mesquita Pereira	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	derluciamesquita@hotmail.com
Diana Cunha Salas	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	cunha.sales@hotmail.com

Diógenes Max P. Sertório de Souza	Efetivo	Professor	Mestrado/Incomp.	Col. Est. Paulo VI	diumax@gmail.com
Eliomar da Cruz Marques	Estágio	Professor	Superior/Incomp.		eliomarmarques@hotmail.com
Eric Souza de Jesus	Efetivo	Professor	Especialização	Col. Est. Paulo VI	ericuefs@hotmail.com
Evandir Brandão Vieira	Efetivo	Professor	Especialização	Col. Est. Paulo VI	evandirprof@hotmail.com
Iranildes Oliveira de Santana	PST	Ag. Admin.	Superior/Incomp	Col. Est. Paulo VI	tiksantana@hotmail.com
José Guilherme Rodrigues Amorim	Efetivo	Professor	Especialização	Col. Est. Paulo VI	amoringuilherme@hotmail.com
Julio Souza Lima	Efetivo	Professor	Mestrado	Col. Est. Paulo VI	juliolima18@hotmail.com
Márcia Maria Pinheiro de Assis	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	marciamaria.assis@yahoo.com.br
Margarete dos Santos Morais	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	
Maria da Paz Sampaio Araújo	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	Col. Est. Paulo VI	
Maria do Carmo Santos Cedraz	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	Col. Est. Paulo VI	caucedraz@hotmail.com
Maria do Rosário Arias Amorim	Efetivo	Professora	Superior	Col. Est. Paulo VI	tiara.amorim@hotmail.com
Paulo de Tarso Pinheiro de Assis	Efetivo	Professor	Superior	Col. Est. Paulo VI	prof.paulodetarso@yahoo.com.br
Reginaldo da Silva Santos	Efetivo	Vice-diretor	Especialização	Col. Est. Paulo VI	reginaldo_bahia@hotmail.com
Rosane Torres Magalhães	Efetivo	Professora	Superior/Incomp.	Col. Est. Paulo VI	rosanetm.moreira@hotmail.com
Rozangela O. Azevedo	Efetivo	Professora	Mestrado/Incomp.	Col. Est. Paulo VI	rozangelafan@hotmail.com
Sandra Maria Bispo Silva	Efetivo	Professora	Magistério	Col. Est. Paulo VI	
Severiana Fadigas de Jesus	Efetivo	Professora	Especialização	Col. Est. Paulo VI	severianafadigasba@hotmail.com
Vera Lane Ferreira Mendes	Efetivo	Professora	Magistério	Col. Est. Paulo VI	veralaneferreira-

					fsa@hotmail.com
Conjunto Penal de Valença					
Carla Chirlene dos S. Brito	Efetivo	Professora	Magistério	E. E. P. José de Souza	Carla83ns@hotmail.com
Celivaldo B. De Almeida	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		
Dilza da Luz Silva	Efetivo	Professora	Magistério	E. E. P. José de Souza	
Jorge Luis Melo Dias	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		
Jose Carlos Matos	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		
Jucelia dos Santos	Terceirizado	Coordenadora	Superior		jujuface@hotmail.com
Marcio Barros Santos	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		marciobarro@hotmail.com
Sheila Patricia Santos	Efetivo	Professora	Magistério	E. E. P. José de Souza	
Wagner Bonfim	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		<a href="mailto:wagnerbralsb@hotmail.com">wagnerbralsb@hotmail.com</a>
Wellington Lopes	Terceirizado	Ag. de Discip.	Ensino Médio		Lopescomcristo@hotmail.com
Conjunto Penal de Itabuna					
Antonio Valter Santos Barreto	Efetivo	Professor	Mestrado	Col. Est. de Itabuna	
Joaldo Pereira Bento	Efetivo	Professor	Superior	Col. Est. de Itabuna	
Jose Carlos Gabriel de Souza	Efetivo	Professor	Superior	Col. Est. de Itabuna	
José Maurício de Jesus	Efetivo	Professor	Superior	Col. Est. de Itabuna	
Maria Cristina Nunes Santos Silva	Efetivo	Professora	Superior	Col. Est. de Itabuna	
Maria do Carmo Silva Vasconcelos	PST	Professora	Superior	Col. Est. de Itabuna	
Margarida Maria A. Mangabeira	Efetivo	Professora	Pós-graduação	Col. Est. de Itabuna	
Obs: A Unidade conta com 8 (oito) alfabetizadores, todos com Ensino Médio e são bolsistas do SBA					
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas					
Adalberto Arruda da Cruz	Efetivo	Professor	Superior	E. Antonio C. Sobrinho	<a href="mailto:arruda.43@hotmail.com">arruda.43@hotmail.com</a>
Edmilson Rodrigues Melo	Contratado	Professor	Superior/Incomp	E. Antonio C. Sobrinho	<a href="mailto:melo@tdf.com.br">melo@tdf.com.br</a>
Marlene Maria dos Santos	Contratado	Professora	Médio/Incomp.	E. Antonio C. Sobrinho	

Meiriane Moreira dos Santos	Efetivo	Professora	Superior	E. Antonio C. Sobrinho	
Narcisa Tertulina Ramos	Contratado	Professora	Médio/Incomp.	E. Antonio C. Sobrinho	
<b>Presídio Regional de Paulo Afonso</b>					
Francisca de Souza Pereira	Contratada	Professora	Superior/Incomp	Assoc. das Mulheres	Rosaliveira2009@hotmail.com
Gabriela M. Sobreira	Contratada	Professora	Superior	Assoc. das Mulheres	<a href="mailto:assembleiametodista@yahoo.com.br">assembleiametodista@yahoo.com.br</a>
<b>Conjunto Penal de Serrinha</b>					
Aline dos Santos Sobrinho	Contratada	Mediadora	Superior/Incomp ..	C.E. Rubem Nogueira	<a href="mailto:aline_doce19@hotmail.com">aline_doce19@hotmail.com</a>
<b>Conjunto Penal de Jequié</b>					
Fabiane Café Silva	Efetivo	Coord. At. Lab.	Ensino Médio	C. E. César Borges	<a href="mailto:fabycafé@hotmail.com">fabycafé@hotmail.com</a>
Janei Reis Oliveira	Efetivo	Professora	Superior	C. E. César Borges	janeireis@hotmail.com
Juanídia dos Santos Souza	Efetivo	Professora	Magistério	C. E. César Borges	juanidiasf@hotmail.com
Luciano Souza Medrado	Efetivo	Coordenador	Superior	C. E. César Borges	luciano_medrado@hotmail.com
Ludmila Galvão de Carvalho	Estágio	Professora	Superior	C. E. César Borges	ludcarvalho@hotmail.com
Maria Aparecida Camurugy Sousa	REDA	Professora	Superior	C. E. César Borges	Edra92@yahoo.com.br
Rosimeiri Silva Nogueira	Efetivo	Professora	Magistério	C. E. César Borges	rosinogueira@hotmail.com
Silvana Soares	PST	Professora	Superior/Incomp	C. E. César Borges	
Vilma Souto Miranda	Efetivo	Professora	Magistério	C. E. César Borges	vilmasmiranda@hotmail.com
Zilda Fonseca Matos	Efetivo	Professora	Magistério	C. E. César Borges	Zilda-matos@hotmail.com
Obs: A Unidade conta com 4 (quatro) alfabetizadores, 3 (três) com Ensino Médio e 1 (um) com Magistério, bolsistas do SBA					
<b>Conjunto Penal de Juazeiro</b>					
Aman Pereira Gomes	Contrato	Professor	Superior	E. M. P. Maria F. Pires	<a href="mailto:amandinhanega@hotmail.com">amandinhanega@hotmail.com</a>
Geraldo Magella da Cunha Abreu	Contrato	Professor	Especialização	C. E. Américo Tanuri	majellaabreu@hotmail.com
Gilda Ferreira da França Silva	Contrato	Professora	Superior	E. M. P. Maria F. Pires	<a href="mailto:gilda.carvalho@uol.com.br">gilda.carvalho@uol.com.br</a>
Joaquim Bonfim da Silva	Contrato	Professor	Especialização	E. M. P. Maria F.	<a href="mailto:historiajoa@hotmail.com">historiajoa@hotmail.com</a>

				Pires	
Josefina Gracileide Matias Xavier	Efetivo	Professora	Superior	C. E. Américo Tanuri	gracileide.xama@hotmail.com
Leiliane Gomes da Silva	Contrato	Professora	Especialização	E. M. P. Maria F. Pires	rinsoebac@hotmail.com
Maria de Jesus Ribeiro de Souza	Efetivo	Professora	Superior	E. M. P. Maria F. Pires	
Maria Sandra de Souza	Efetivo	Professora	Especialização	E. M. P. Maria F. Pires	msandras@hotmail.com
Nice Neide Campinho	Efetivo	Coordenadora	Especialização	E. M. P. Maria F. Pires	<a href="mailto:niceneide@hotmail.com">niceneide@hotmail.com</a>
Patricia Azevedo de Sá	Efetivo	Professora	Especialização	C. E. Américo Tanuri	
<b>Presídio Regional Nilton Gonçalves de Vitória da Conquista</b>					
Adair Neves	Contrato	Professora	Ensino Médio	E. M. Maria Santana	
Adelson Silva Lima	Contrato	Professor	Superior	E. M. Maria Santana	
Alcides Antunes	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Ana de Oliveira Santos Pereira	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Andreia de Oliveira Menezes	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Casilda Novais Oliveira	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Claudio Santos	Contrato	Professor	Superior	E. M. Maria Santana	
Eleneida Bloizi	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Eleneida Prado dos Santos	Contrato	Professora	Ensino Médio	E. M. Maria Santana	
Elisângela Silva Santos	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Eunice Oliveira	Contrato	Professora	Ensino Médio	E. M. Maria Santana	
Gabriela Camila Araújo	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Geovania Avelina dos Santos	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria Santana	
Gilmar Lima	Contrato	Professora	Superior	E. M. Maria	

				Santana	
Márcia Novais de Oliveira	Contrato	Coordenadora	Superior	E. M. Maria Santana	
Rebeca Silveira	Contrato	Professora	Ensino Médio	E. M. Maria Santana	
Sidney Brito	Contrato	Professor	Superior	E. M. Maria Santana	

As Unidades declararam que não dispõem de Agentes Penitenciários específicos para conduzir os alunos para a sala de aula e retornar às celas. Existe um revezamento diário, não podendo determinar quais são os envolvidos diretamente com a oferta de educação nos estabelecimentos.

### **5.3.3. Remuneração adicional para os professores que atuam nos estabelecimentos penais. Indicar o percentual de acréscimo e o órgão responsável pela remuneração.**

Os professores recebem a gratificação pelo Exercício em Unidade do Sistema Prisional – GEUSP, conforme legislação específica que determina:

- A GEUSP será também devida aos ocupantes de cargos efetivos das carreiras do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, pertencentes ao grupo ocupacional Educação, desde que estejam em exercício nas escolas vinculadas às unidades do Sistema Prisional.
- A GEUSP será calculada mediante a aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento atribuído à classe ocupada pelo servidor beneficiado.
- A GEUSP será paga conjuntamente com a remuneração do cargo efetivo ocupado pelo servidor e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto para: remuneração de férias, abono pecuniário, resultante da conversão de parte de férias a que o servidor tenha direito e gratificação natalina.

Os professores contratados temporariamente não têm direito à GEUSP.

Até maio de 2012 todos os professores efetivos recebiam essa remuneração, de responsabilidade da SEAP. Atualmente só os professores de nível superior continuam recebendo. Para os demais a remuneração e outros proventos passaram a integrar o salário, a título de subsídio, e nesses casos é de responsabilidade da SEC.

### **5.3.4. Atualmente não há programas de atendimento aos profissionais que atuam nos estabelecimentos penais. Contudo, a SEAP está elaborando um plano de ações que prevê a inclusão de programas voltados para a assistência e capacitação desses profissionais.**

### **5.3.5. Meta para contratação de agentes penitenciários, professores e pedagogos em 2012, 2013 e 2014.**

As Metas estão expressas no Plano de Ação:

META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL

## **5.4. Registros Escolares**

### **5.4.1. Registros escolares e a inserção das informações referentes às salas anexas/extensão no Censo Escolar**

O processo de registro tem início com a matrícula que é informatizada. Após esse processo todos os registros são lançados no Diário de Classe e Atas de Resultados Finais e assim transmitidos para o Sistema de Gestão Escolar - SGE que migra os dados para o Censo.

Quando da realização do Censo, as unidades prisionais recebem os formulários que, depois de preenchidos são devolvidos à escola de vinculação. Além disso, os dados de matrícula compõem a ficha individual do aluno interno e são cadastrados no SIALE, um sistema integrado de informações educacionais e laborativas, da administração penitenciária.

Todos os dados são monitorados e mantidos na secretaria da Escola de Vinculação e em relação ao Censo as escolas estão informadas a respeito da importância desses registros para inclusão dos alunos internos nos diversos programas e ações que integram a política de educação de jovens e adultos privados de liberdade.

#### **5.4.2. Pessoa de referência nos estabelecimentos penais para acompanhar as relações das turmas na prisão com a direção da escola de referência (responsáveis pela certificação dos alunos).**

Na maioria das unidades prisionais quem acompanha as relações das turmas do anexo com a escola de vinculação (desde a matrícula até a certificação) é o Coordenador de Atividades Educacionais e Laborativas. Em três unidades é um pedagogo, que desempenha as funções de coordenador pedagógico, que faz o acompanhamento e ligação entre a escola e o anexo.

Apenas no Hospital de Custódia e Tratamento – HCT, essa função é desempenhada pelo Terapeuta Ocupacional.

#### **5.4.3. Estratégias para garantir que os presos ao serem transferidos possam preservar as informações sobre o seu histórico escolar.**

As unidades prisionais, através das informações coletadas, demonstraram preocupação com a vida escolar do aluno, Algumas estratégias já são utilizadas, necessitando de aperfeiçoamento e outras necessitam de ser implementadas.

Dentre essas estratégias algumas merecem destaque:

- Registro do acompanhamento do percurso de aprendizagem do (a) educando(a) privado de liberdade, pois a qualquer tempo que ele deixe aquela unidade prisional antes de concluir o nível de ensino ou a educação básica, pode-se atestar a real situação do mesmo em relação ao seu nível de aprendizagem e correspondência ao nível de escolarização;
- Os registros escolares compreendem informações desde a matrícula até a certificação que pode ser na mesma unidade ou em várias e, por isso

a vida escolar do aluno deve ser organizada, mantida e arquivada na escola de vinculação para que ele tenha acesso a qualquer tempo.

- As informações a respeito da unidade escolar de vinculação (endereço completo, telefone e outras) devem ser disponibilizadas para o aluno, já que muitos internos mudam de cidade.
- Utilizar o correio para o envio do histórico e outros documentos de registro da vida escolar do aluno que permitam a continuidade e conclusão dos estudos em outra unidade prisional ou fora dela.
- Encaminhar a documentação para outra unidade para a qual o interno foi transferido.
- A Coordenação de Registro e Controle - CRC da Unidade Prisional deve manter as informações da vida escolar do aluno no seu prontuário.

A busca de estratégias para garantir o histórico escolar dos internos faz parte da garantia do acesso, permanência e conclusão dos estudos, ou seja, viabilizar o direito a educação.

## **5.5. Articulação e Parcerias**

### **5.5.1. As estratégias para informar, mobilizar e integrar a sociedade na oferta de educação formal, não formal e na qualificação profissional.**

As iniciativas nesse sentido ainda são tímidas e quando acontecem são de iniciativa de unidade prisional. Nesse aspecto algumas unidades tem buscado envolver a comunidade, a partir das famílias dos detentos as atividades desenvolvidas com outras instituições de vários setores, destacando-se o setor produtivo e o acadêmico, através das universidades, o Sistema S e programas de outras secretarias (Saúde, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, e outras). É necessário mais divulgação e, as secretarias mais diretamente responsáveis (SEC e SEAP) devem apoiar e planejar conjuntamente essa mobilização.

Um passo inicial nessa direção pode ser dado pelas escolas de vinculação, incorporando em todas as suas atividades, princípios e organização, o anexo que funciona na unidade prisional. Um exemplo disso é a possibilidade de participação do anexo no Colegiado Escolar.

Outro passo importante que já vem sendo adotado pela Coordenação de Jovens e Adultos é, quando em momentos de formação, acompanhamento às escolas, participação em seminários, conferências para apresentar e discutir a política estadual da EJA, considerar como sujeitos dessa educação o coletivo dos privados de liberdade e, como tal, parte integrante dessa política, entendendo que para informar, integrar com a sociedade é necessário assumir toda a diversidade inerente à educação de jovens e adultos. Além disso, a educação em prisões faz parte da agenda do Fórum EJA – Bahia.

É necessário que a SEC e a SEAP façam dessa e de outras iniciativas uma diretriz a ser implantada nas escolas, nas unidades prisionais e nas relações dessas com outros setores da sociedade. É importante salientar que essa articulação é importante, tendo em vista o papel das instituições no controle, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de educação em prisões.

O processo de construção do Plano Estadual está sendo um bom exercício e se transformou numa grande mobilização e divulgação da EJA para privados de liberdade. Esse movimento precisa ser mantido e ampliado em benefício dessa educação.

### **5.5.2. Formas de divulgação do Plano**

A divulgação do Plano deve ser a próxima etapa na mobilização e integração da educação em prisões com a sociedade. Pretende-se divulgar o Plano, amplamente, entre os diversos setores envolvidos com a educação em prisões, através da sua apresentação e discussão envolvendo:

- As Unidades Prisionais e a comunidade em seu entorno;
- As Secretarias de Estado
- Os órgãos da Execução Penal
- O Conselho Estadual de Educação
- As Universidades, disponibilizando o Plano para as coordenações de graduação, extensão e pesquisa.
- O Fórum de EJA, aproveitando as atividades de encontro estadual e outros.
- A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos.
- A UNDIME.
- Os órgãos de classe dos professores e dos agentes Penitenciários
- As organizações não governamentais
- Os órgãos ligados à educação profissional

### **5.5.3. Meta de distribuição do Plano**

O Plano será disponibilizado em via impressa e digital e será posto no ambiente virtual da SEC e da SEAP. A meta é tornar público o Plano Estadual de Educação em Prisões, por meio da divulgação dos diversos setores envolvidos diretamente (elencados no subitem acima) e demais interessados.

### **5.5.4. As Instituições parceiras que atuam nos estabelecimentos penais, as formas e os critérios de participação.**

Até o Ano de 2011 havia convênios firmados entre a Secretaria e a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, Fundação Pedro Calmon e a Universidade Estadual de Feira de Santana para atuarem nos estabelecimentos penais em todo o Estado. Atualmente há convênios que estão sobre a apreciação da Procuradoria Geral do Estado para renovação com a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela.

Os critérios de participação das instituições parceiras são determinados pelas diretrizes e metas da educação em prisões.

#### **5.5.5 A participação dos órgãos da execução penal.**

A participação dos órgãos de execução penal obedece às disposições previstas na lei de nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a efetiva integração social do condenado e do internado.

#### **5.5.6. Existência de representante do sistema penitenciário na Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos**

Não existe representação do sistema penitenciária na Comissão. Durante as reuniões para a construção do Plano Estadual foi discutida a importância da indicação desse representante na Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos. A coordenação da Comissão da Agenda se comprometeu em viabilizar a indicação.

#### **5.5.7. As estratégias para incluir a pauta da educação nas prisões nas reuniões da Comissão Estadual.**

A educação nas prisões já faz parte das discussões da Comissão Estadual. A partir da elaboração do Plano essas discussões serão ampliadas para os Comitês Territoriais e a educação em prisões será incluída no planejamento estratégico da Agenda.

#### **5.5.8. Parcerias com Instituições de Ensino Superior, e como elas acontecem.**

Atualmente não existem parcerias firmadas, embora os contatos com estas instituições expressem interesses das mesmas, a exemplo da Universidade Estadual da Bahia, bem como da SEAP e da SEC.

#### **5.5.9. Funcionamento da Escola Penitenciária e sua participação na oferta de educação nas prisões.**

A criação da Escola Penitenciária do Estado da Bahia faz parte do Plano de Ação de Gestão Prisional que está sendo elaborado pela Coordenação de Gestão Organizacional (COGEL).

## **6. FINANCIAMENTO**

### **6.1. O orçamento e as fontes de financiamento do estado para a oferta de educação nas prisões**

A educação em prisões é financiada com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) destinados à modalidade de jovens e adultos e outros recursos oriundos de Programas suplementares. O montante dos recursos financeiros é calculado com base no número de alunos devidamente matriculados. Por isso a importância da inserção das matrículas no Censo Escolar, através da Escola de Vinculação, para garantir os recursos do FUNDEB, da Merenda Escolar e a distribuição do Material Didático e Literário.

Além desses, a oferta de educação em prisões é também financiada com os recursos do Tesouro Estadual através das ações da educação de jovens e adultos referentes a: formação continuada, material pedagógico e recursos descentralizados para as escolas de vinculação.

Em relação à SEAP, o orçamento e as fontes de financiamento aplicadas na oferta de educação no ano de 2012 são as seguintes:

- Realização de Cursos de Capacitação Profissional do Interno e Egresso

Fonte 00 – R\$ 265.000,00

Fonte 28 – R\$ 359.968,00

Total – R\$ 624.968,00

- Assistência ao Interno em Atividades de Arte e Educação

Fonte 00 – R\$ 218.000,00

Fonte 28 – R\$ 66.000,00

Total – R\$ 284.000,00

- Assistência ao Interno em Atividades Socioeducativas

Fonte 00 – R\$ 150.000,00

Total – R\$ 150.000,00

- Assistência ao Interno em Atividade de Esporte e Lazer

Fonte 00 – R\$ 359.000,00

Total – R\$ 359.000,00

- Elaboração de Projetos para Implantação de Oficinas

Fonte 00 – R\$ 285.000,00

Total – R\$ 285.000,00

## **6.2. Ações apoiadas com recursos do Governo Federal**

A educação em prisões está contemplada em 3 (três) componentes do Plano de Ações Articuladas PAR:

- Gestão Educacional – R\$ 90.912,54
- Formação Continuada de Professores e Equipamentos Pedagógicos – R\$ 67.913,88
- Infraestrutura e Recursos Pedagógicos – R\$ 45.045,00

O componente Gestão Educacional tem como ação principal a construção e implementação do Plano Estadual de Educação em Prisões. A ação de Formação Continuada de Professores tem como objetivo qualificar as equipes vinculadas à política de educação prisional do Estado e o componente Infraestrutura e Recursos Pedagógicos compreende a aquisição de acervo bibliográfico.

A Formação Continuada vai contemplar 80 professores e gestores das unidades prisionais com carga horária de 40 horas e a metodologia proposta permite a reflexão da prática pedagógica dos educadores envolvidos, tendo como referência os pressupostos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos e uma organização curricular que contemple a realidade específica do sujeito no contexto carcerário.

## **6.3. As ações apoiadas com recursos provenientes de parcerias**

No ano de 2012, considerando que a SEAP está em vias de análise, de renovação e de estabelecimento de parcerias, os recursos para apoio das ações não podem ser definidos.

## **6.4. Planejamento para garantir a participação do órgão responsável pela administração penitenciária na definição das ações a serem apoiadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR)**

A partir de 2011, quando foi criada a Secretaria de Administração Penitenciária, a execução das ações previstas no PAR passou a ser discutida com a equipe

responsável pela Ação Social, da qual a educação faz parte, com exceção da aquisição do acervo bibliográfico, pois esta ação já se encontrava em processo.

#### **6.5. Estratégias de divulgação das fontes de financiamento disponíveis; processos formativos das equipes envolvidas para acessar as fontes de financiamento disponíveis e estratégias de acompanhamento da utilização dos recursos disponíveis.**

As estratégias de divulgação das fontes e de acompanhamento da utilização dos recursos, como também os processos formativos das equipes envolvidas para acessar as fontes disponíveis são feitas junto aos setores competentes das Secretarias.

#### **6.6. Principais dificuldades e estratégias adotadas.**

As fontes de financiamento da educação de jovens e adultos nas prisões através do FUNDEB estão vinculadas ao cadastramento dos alunos no Censo. A SEC tem orientado às escolas sobre a importância desse cadastramento para garantir o acesso aos programas referentes à política pública para a EJA. Quanto à SEAP, a sua criação deu início a um processo de reformulação de toda Estrutura Administrativa e de Gestão e, como consequência a interrupção temporária de algumas atividades nessa área.

## **7. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL**

### **7.1. Situação administrativa da escola.**

Escolas credenciadas com matrículas exclusivamente com alunos privados de liberdade:

- Escola Especial da Penitenciária Lemos Brito – Responsável pelas matrículas das Unidades de Salvador, em número de 07 com atividade de educação básica

Umidades Prisionais com Salas Anexas/Extensão e Escolas de Vinculação:

- Conjunto Penal de Lauro de Freitas – Colégio Estadual
- Colônia Penal de Simões Filho – Colégio Estadual
- Conjunto Penal de Feira de Santana – Colégio Estadual
- Conjunto Penal de Valença – Escola Estadual
- Conjunto Penal de Itabuna – Colégio Estadual e Escola Municipal
- Conjunto Penal de Teixeira de Freitas – Escola Municipal
- Conjunto Penal de Serrinha – colégio Estadual e Escola Municipal
- Conjunto Penal de Jequié – Colégio Estadual
- Conjunto Penal de Juazeiro – Colégio Estadual e Escola Municipal
- Presídio Regional Nilton Gonçalves de Vitória da Conquista – Escola Municipal

Das Unidades Prisionais do interior do Estado, 02 não desenvolvem atividade educacional: Esplanada e Ilhéus (em 2012) e o Presídio Regional de Paulo Afonso mantém 1 turma do Programa todos pela Alfabetização – TOPA, através da Associação das Mulheres.

### **7.2. Planejamento da oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou em parceria com outras iniciativas.**

Algumas Unidades Prisionais de Salvador estão ofertando alfabetização incluída na estrutura da EJA – 1º Segmento do Ensino Fundamental. As demais Unidades desenvolvem além do TOPA outras iniciativas de alfabetização, a exemplo do MOVA.

#### **7.2.1 o planejamento da oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ou em parceria com outras iniciativas:**

O Programa Todos Pela Alfabetização é aderido ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal e uma das exigências do MEC é que os Estados/Municípios enviem seus Planos plurianuais, os quais são constituídos

de metas anuais de alfabetização. O atual Governo Estadual da Bahia em seu segundo mandato estabeleceu uma meta de alfabetizar mais um milhão de jovens, adultos e idosos baianos através do Programa TOPA. Desta forma, baseando-se nos índices de analfabetismo de jovens e adultos, demonstrados no Censo 2010 do IBGE, construímos nosso plano plurianual e estipulamos as metas de alfabetização para cada município até 2014, conforme resolução do MEC/FNDE nº 44 de 05 de setembro de 2012, que estabelece as orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa, no ciclo 2012. Ao aderir-se ao Programa as Prefeitura e Entidades apresentam as suas demandas e após análise, efetuam-se os cadastros dos alfabetizando no Sistema Brasil Alfabetizado – SBA do ME.

### **7.2.2. As Estratégias de Continuidade dos Estudos para os Egressos das Turmas de Alfabetização**

Ao término de cada etapa do Programa, as prefeituras através das Secretarias Municipais de Educação encaminham os egressos para as escolas que ofertam a modalidade EJA. Além disso, a coordenação do Programa orienta os coordenadores de turmas e alfabetizadores a mobilizarem os egressos do Programa para que eles se matriculem nas escolas municipais ou estaduais que ofertam EJA e assim darem continuidade aos seus estudos.

### **7.2.3. Estratégias para a Universalização da Alfabetização**

Através de ações de mobilização dos alfabetizando, estimulando-os a voltarem a estudar; ações intersetoriais, como a Busca Ativa junto com o MDS através da SEDES; da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 65, de 13 de dezembro de 2007 (publicada no DOU nº 124, 17 de dezembro de 2007 fundamenta a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos). As agendas, segundo o MEC, são instrumentos que consolidam as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão destas ações. Com objetivo principal de apoio aos estados como parte integrante das ações complementares do Programa Brasil Alfabetizado - PBA e Educação de Jovens e Adultos. Sendo assim, a Secretaria da Educação do Estado, através do TOPA, como Programa aderido ao PBA, participa da agenda territorial da Bahia, com a finalidade de desenvolver integralmente a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos. Desenvolver, portanto, estratégias de fortalecimento e/ou implantação da EJA

nos municípios e assim fortalecer, também, a alfabetização de Jovens e Adultos no Estado da Bahia.

#### **7.2.4. Principais Dificuldades Encontradas e as Estratégias Adotadas para Resolvê-las**

O Programa TOPA atendeu desde 2007 os 417 municípios da Bahia, entretanto, a sua extensão territorial é uma das dificuldades que compromete o desenvolvimento satisfatório/esperado do Programa. A falta de formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas, apesar da formação pedagógica para atuar em alfabetização de jovens, adultos e idosos, ofertada pelo Programa TOPA. O elevado índice de analfabetismo na zona rural; a falta de escolas no campo; a faixa etária do nosso público, em sua maioria idosos, que apresentam problemas de visão; a sazonalidade, sendo agricultores, pessoas que vivem do plantio/colheita, em determinadas épocas do ano vão trabalhar em outros lugares. Têm-se, também dificuldades relacionadas às turmas do TOPA nos presídios, no que tange à formação específica para os alfabetizadores e coordenadores de turmas, pois consideramos que este espaço apresenta características muito peculiares. Para amenizar os problemas apresentados o Programa desenvolve ações articuladas intersetorialmente, tais como: ações articuladas com a SESAB- Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, para garantir atendimentos oftalmológicos, cirurgias e óculos aos nossos alfabetizando em seus mutirões itinerantes; ações com o MDS/SEDES para inscrição dos alfabetizando do Programa TOPA no Cadastro Único para que possam se beneficiar dos Programas Sociais do Governo, como o Bolsa Família; a Busca Ativa, os Centros de Referência Assistência Social -CRAS fixos e itinerantes. Pretendemos articular com a SEAP ações formativas específicas para os coordenadores e alfabetizadores, qualificando a sua atuação nos presídios.

#### **7.2.5. metas de matrículas por estabelecimento penal para 2012, 2013 e 2014. (Alfabetização)**

O Governo do Estado da Bahia estabeleceu a meta de alfabetizar um milhão de pessoas jovens adultas e idosas no período de 2011 a 2014. No plano plurianual foram estipuladas as seguintes metas de cadastramento:

2011 – 300.000 jovens, adultos e idosos

2012 – 300.000 jovens, adultos e idosos

2013 – 300.000 jovens, adultos e idosos

2014 – 300.000 jovens, adultos e idosos

Para estipular as metas para cada município utilizaram-se os índices de analfabetismo de jovens e adultos divulgados pelo Censo 2010 do IBGE. Assim, o Programa apresenta metas gerais para os municípios e atende as

demandas que as prefeituras e entidades apresentam. Desta forma, após a adesão ao Programa, estas demandam seus quantitativos de alfabetizandos e após, o Programa analisa, dentro das metas disponibilizadas, o atendimento das solicitações.

### **7.3. Estratégias para divulgar os processos de matrícula e inscrição nos exames de certificação**

Todas as Unidades fazem a divulgação da matrícula e inscrição nos exames de certificação através dos professores, agentes penitenciários, coordenadores e, em algumas, o diretor também se envolve nessa divulgação. A intensidade é que varia de uma Unidade para outra. No caso da matrícula as informações dizem respeito, principalmente, a número de vagas para cada nível de ensino e até mesmo sobre a estrutura e organização do curso. Além disso, algumas Unidades fazem cartazes e palestras para mobilização e sensibilização e até atendimento individualizado se for necessário.

Nesse processo de divulgação, algumas situações chamaram a atenção:

- A certificação é divulgada principalmente para aqueles detentos que, por motivos diversos (falta de vaga, trabalho em horário integral, etc.) estão impossibilitados de realizarem a matrícula.
- Antes da matrícula é feita uma inscrição para todos aqueles que querem estudar e a relação nominal dos internos é encaminhada a coordenação de segurança para avaliar a possibilidade deles frequentarem ou não o espaço escolar. Nessa Unidade o número de vaga é pequeno, tornando esse processo uma verdadeira seleção.
- Uma Unidade registrou no instrumento de levantamento de dados que na sensibilização é ressaltada a importância e o direito à educação.
- Envolvimento dos internos na divulgação.

Em relação a matrícula, o que pode ser percebido através das informações coletadas é que a oferta ainda é reduzida e a divulgação pode gerar uma expectativa que, considerando as atuais condições, é difícil de ser atendida e assim mais uma oportunidade será negada.

### **7.4. Planejamento da Oferta do Ensino Fundamental, Médio e a Educação Profissional.**

A partir de 2009 foi implantada na rede estadual a proposta curricular, conforme descrito no item: *Concepções Fundamentais e Norteadoras da Oferta Educação no Sistema Prisional*, cujos princípios estão pautados pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na especificidade dos tempos humanos, ou seja, considerando as suas experiências e com características adequadas às especificidades da condição

de vida e de sobrevivência na qual se encontram, garantindo o acesso à Educação e continuidade dos estudos.

Os jovens e adultos privados de liberdade constituem um coletivo específico dentre outros diversos que caracterizam essa modalidade de educação básica. Essa concepção orienta as ações de planejamento da oferta que vem sendo implementadas nas unidades prisionais em nível fundamental e médio, integrando a EJA para privados de liberdade à rede estadual de educação. A EJA para privados de liberdade não é um projeto, um programa ou uma ação. É uma oferta de educação básica.

É claro que apesar de toda a legislação vigente, que estabelece diretrizes no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, as dificuldades para a implementação das modalidades da educação básica, a exemplo da EJA, são muitas. Essas dificuldades são maiores quando essa oferta tem como destinatários os jovens e adultos privados de liberdade.

O planejamento dessa oferta, apesar de algumas fragilidades, significa a sua inclusão nas diversas estruturas administrativas da SEC: o sistema de matrícula, a previsão orçamentária, programa de formação continuada, Sistema de Gestão Escolar – SGE além do acompanhamento da participação efetiva, prevista em lei, no FUNDEB e em Programas Complementares da esfera federal.

Nesse aspecto o Plano de Ação, parte integrante do Plano Estadual de Educação em Prisões, torna-se uma referência importante para o planejamento da oferta de educação básica para os privados de liberdade.

A situação em relação a educação profissional é diferente. Ainda não foi possível implantar cursos dessa natureza nas Unidades Prisionais. A intenção é que, como a educação básica, essa oferta seja integrante da rede de educação profissional do Estado.

#### **7.4.1. Educação Profissional do Estado da Bahia**

Ao definir a Educação Profissional como uma política pública prioritária de Estado, o Governo do Estado da Bahia vem implementando, desde 2008 cursos técnicos nas escolas públicas mais construções de Centros Territoriais de Educação Profissional - CETEP e Centros Estaduais de Educação Profissional - CEEP tendo como proposta direcionar os/as jovens e adultos ao mundo do trabalho.

A Educação Profissional da Bahia vem inovando e diversificando os currículos dos cursos técnicos, promovendo acesso dos/as estudantes ao conhecimento

científico e tecnológico, às artes, à cultura e ao trabalho, articulando com políticas/programas/ações de desenvolvimento, socioeconômico ambiental, e de geração de trabalho, emprego e renda, na perspectiva da inclusão. A intervenção social é uns dos princípios pedagógicos primordial da SUPROF, pois possibilita que o/a estudante aprenda os conteúdos e práticas em situações reais e contribui para a sua formação integral, fazendo-os/as compreender a dimensão social da futura profissão. Com isso, permite que o/a estudante dê um retorno social, aplicando seus conhecimentos e habilidades nos Territórios de Identidade onde vive.

#### **7.4.1.1. Diretrizes Político-Pedagógicas: Educação Profissional como política pública de Estado**

- Vinculada ao Desenvolvimento Socioeconômico ambiental e voltada para a vocação dos Territórios de Identidade;
- Atenta aos estudantes e egressos da Escola Pública, elevando a sua escolaridade formando Cidadãos, Trabalhadores, Sujeitos de Direitos em sua Diversidade e contribuindo para a inserção cidadã no Mundo do Trabalho;
- Fundamentada na Pedagogia do Trabalho, construída na Escola Pública, garantindo Participação e Controle Social.

##### **7.4.1.1.1 Diretrizes Pedagógicas: Pedagogia do Trabalho**

- Educação Profissional como possibilidade de formação integral do sujeito trabalhador;
- Trabalho como princípio educativo;
- Inseparabilidade entre educação básica e educação profissional;
- Ciências Naturais, Ciências Humanas e Linguagens como base científica para o aprendizado das tecnologias;
- Território, História e Cultura como base para a contextualização dos conteúdos;
- Inseparabilidade entre teoria e prática, com ênfase nas situações concretas de trabalho;
- Intervenção Social e Construção de Conhecimentos (Tecnologias Sociais) como princípios pedagógicos;
- Valores: Solidariedade, Trabalho Coletivo, Respeito à Diversidade, Cultura de Paz, Responsabilidade com a Sociedade, Transformação Social.

#### **7.4.1.1.2. Formas de Articulação da Educação Profissional do Estado da Bahia**

**Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPI)** - Contempla cursos técnicos integrados ao Ensino Médio que duram quatro anos e são voltados para quem terminou o ensino fundamental.

**Proeja Médio (Educação de Jovens e Adultos)** - Integra Educação Profissional ao Ensino Médio permitindo a elevação da escolaridade e ao mesmo tempo a formação profissional de nível Médio é direcionado para jovens e adultos a partir dos 18 anos, com duração de dois anos e meio.

**Subsequente (Prosub)** - Os Cursos Técnicos são direcionados para quem já concluiu o Ensino Médio e volta à escola para fazer a formação profissional com duração de dois anos.

**Concomitante** – Articula Educação Básica à Educação Profissional. O estudante matriculado no Ensino Médio da rede estadual pública poderá fazer um Curso Técnico de nível Médio ou de qualificação profissional no turno oposto em que esta matriculado.

**Proeja Fundamental** - A Educação Profissional está integrada ao Ensino Fundamental, possibilitando a elevação da escolaridade com qualificação social e profissional. O Proeja Fundamental é voltado a jovens e adultos trabalhadores a partir dos 18 anos, com duração de dois anos.

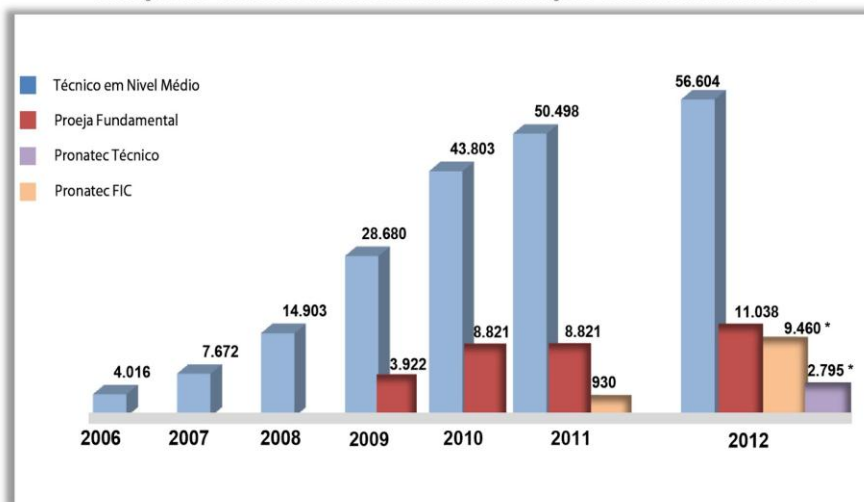
A Educação Profissional está vinculada aos 10 compromissos do Programa Todos pela Escola. Desponta como uma grande oportunidade de um futuro melhor para adolescentes, jovens e adultos/as trabalhadores/as baianos/as que podem fazer um Curso Técnico de nível médio ou qualificação profissional, por meio da formação integral, para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.

#### **7.4.2. Nosso Panorama**

Em quatro anos, a Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia ampliou em mais de 1.100% a oferta de vagas. No início de 2006 eram apenas 4.016 beneficiados. Em 2012 já superamos 56.000 estudantes e trabalhadores/as matriculados. A Rede de Educação Profissional da Bahia tem a meta de chegar

a 84 mil vagas em 2014. Conforme aponta nossos gráficos atualizados.

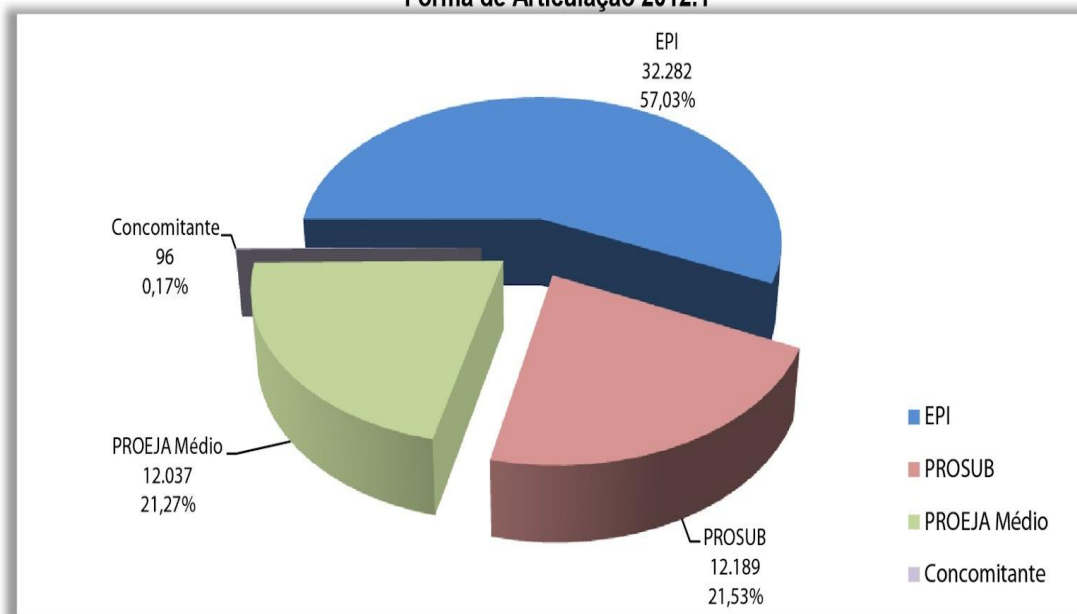
**Evolução das Matrículas na Rede Estadual de Educação Profissional 2006 à 2012.1**



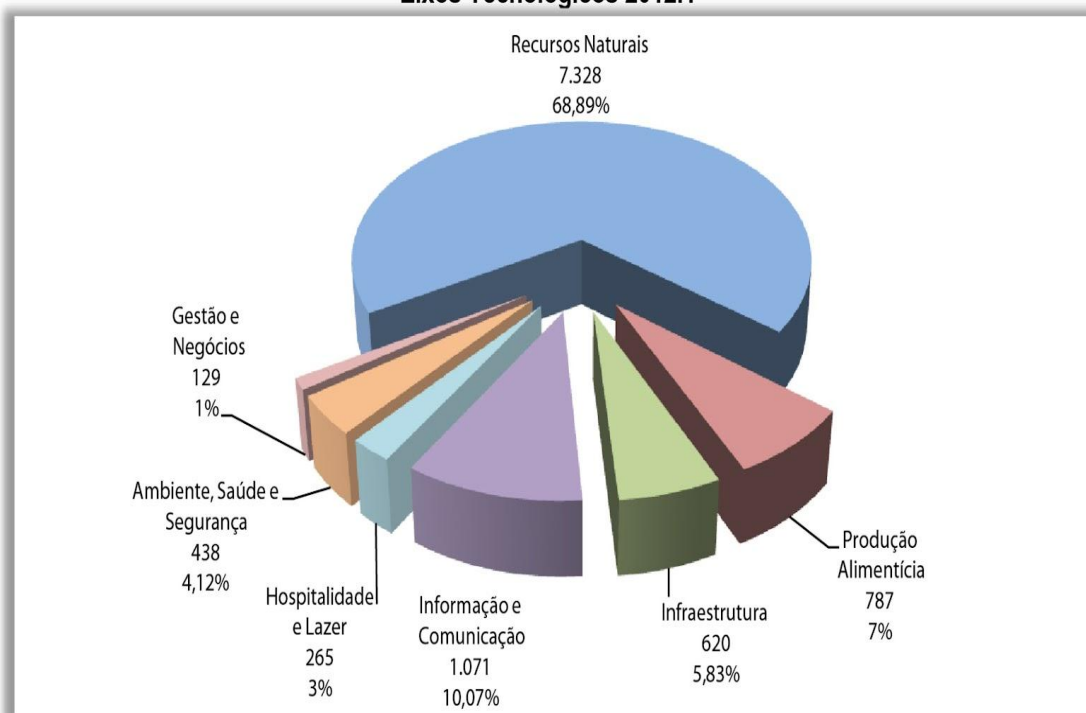
\* Previsto para 2012

### 7.4.3. Evolução de Matrículas

**Matrícula dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Rede Estadual de Educação Profissional  
Forma de Articulação 2012.1**



### Matrícula dos Curso de PROEJA Fundamental da Rede Estadual de Educação Profissional Eixos Tecnológicos 2012.1



#### 7.4.4. Território de Identidade

A compreensão da Bahia a partir dos Territórios de Identidade é uma política de caráter socioeconômico, ambiental e cultural adotada pelo governo do estado e nessa perspectiva a Educação Profissional expandiu sua oferta de cursos em várias modalidades pelo interior em todos os Territórios de Identidade do estado com a criação dos Centros Territoriais de Educação Profissional, além dos Centros Estaduais e das Unidades Escolares Compartilhadas.

Os cursos ofertados buscam atender às demandas apresentadas no Plano Plurianual Participativo permitindo ao adolescente, jovem e adulto trabalhador seu desenvolvimento pessoal e do seu Território de Identidade oportunizando a ele a permanência no local com trabalho e renda dignos.

Em 2007, a oferta de Educação Profissional chegava em 14 Territórios de Identidade, hoje contempla os 27 Territórios de Identidade. Criando condições e possibilidades para um desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Essa metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento das comunidades, através de suas representações. Temos 29 Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP), 25 Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) e 119 Unidades Escolares Compartilhadas que

ofertam Educação Profissional Integrada à Educação Básica e ainda o pós-médio em todo o estado da Bahia.

**Oferta de PROEJA Fundamental e Médio em Territórios de Identidade e Municípios por Localização das Unidades Prisionais**

Territórios	Unidades Prisionais/Municípios Integrantes do Território	Eixos Tecnológicos Desenvolvidos no Município	PROEJA	
			Fund.	Médio
04 Sisal	Serrinha Conjunto Penal de Serrinha	Recursos Naturais. Ambiente, Saúde e Segurança. Informação e Comunicação. Gestão e Negócios.		X
			X	X
			X	X
05 Litoral Sul	Ilhéus Presídio Advogado Ariston Cardoso	Recursos Naturais. Ambiente, Saúde e Segurança. Hospitalidade e Lazer. Gestão e Negócios		X
				X
	Itabuna Conjunto Penal de Itabuna	Ambiente, Saúde e Segurança. Gestão e Negócios.	X	X
06 Baixo Sul	Valença Conjunto Penal de Valença	Ambiente, Saúde e Segurança.	X	X
07 Extremo Sul	Teixeira de Freitas Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Informação e Comunicação		X
10 Sertão do São Francisco	Juazeiro Conjunto Penal de Juazeiro	Ambiente, Saúde e Segurança. Gestão e Negócios.	X	X
			X	X
18 Agreste de Alagoinhas	Esplanada Presídio Adv. Ruy Penalva	Recursos Naturais.	X	X

19 Portal do Sertão	Feira de Santana Conjunto Penal de Feira de Santana	Informação e Comunicação. Ambiente, Saúde e Segurança.	X X	X
20 Vitória da Conquista	Vitória da Conquista Presídio Regional Nilton Gonçalves	Ambiente, Saúde e Segurança. Gestão e Negócios.		X X
22 Médio Rio das Contas	Jequié Conjunto Penal de Jequié	Gestão e Negócios. Ambiente, Saúde e Segurança. Informação e Comunicação	X	X X X
24 Itaparica	Paulo Afonso Presídio Regional de Paulo Afonso	Gestão e Negócios. Ambiente, Saúde e Segurança. Hospitalidade e Lazer. Controle e Processos Industriais. Produção Alimentícia.	X	X X X X
26 Metropolitana de Salvador	Lauro de Freitas Conjunto Penal de Lauro de Freitas.	Informação e Comunicação		X
	Simões Filho Colônia Penal de Simões Filho	Gestão e Negócios Ambiente, Saúde e Segurança.	X	X X
	Salvador Penitenciária Lemos Brito; Presídio Salvador; Conjunto Penal Feminino; Colônia Penal Lafayette Coutinho e Cadeia Pública.	Gestão e Negócios. Informação e Comunicação. Controle e Processos Industriais. Produção Alimentícia. Ambiente, Saúde e Segurança. Produção Cultural e Design. Apoio Educacional. Hospitalidade e Lazer.	X X X	X X X X X X X

#### **7.4.5. Estratégias para garantir a educação formal nos estabelecimentos femininos**

A educação formal é garantida independente de gênero. Acontece da mesma forma no Conjunto Penal Feminino e em outros estabelecimentos que mantêm sob sua custódia homens e mulheres.

#### **7.4.6. Existência de proposta de atendimento diferenciado em função do regime de privação de liberdade.**

A implementação da Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos para privados de liberdade, referendada na legislação vigente, prevê organização diversa para atendimento às diversas situações, em função do regime e de outros aspectos que envolvem a vida desses sujeitos.

A partir do momento de implantação e atendendo a seus princípios, as condições de vida fora (antes e depois) e dentro da unidade prisional de cada educando(a) devem ser consideradas no currículo. Algumas situações estão sendo discutidas, necessitando de sistematização.

O que se pretende é qualificar, através da educação, o tempo que os jovens e adultos estiverem em privação de liberdade.

#### **7.4.7. Estratégias de continuidade dos estudos para os egressos**

Segundo a Lei de Execução Penal, o Patronato é o órgão da Execução Penal destinado à prestação de assistência aos albergados e aos egressos. Na Bahia existe um Patronato que presta assistência judiciária a apenados das unidades prisionais da comarca de Salvador.

Sendo assim, as unidades prisionais procuram desenvolver um trabalho no sentido de garantir a continuidade dos estudos para os egressos: a organização da vida escolar dos alunos para que eles possam receber a documentação quando sair daquela unidade; encaminhamento para escolas próximas a comunidade em que residem, além de sempre estarem mostrando, através de conversas e palestras, a importância dos estudos para a sua vida.

#### **7.4.7. Atuação de privados de liberdade como monitor atuando no apoio da oferta de educação.**

Das unidades prisionais que desenvolvem a educação formal, 50% declararam contar com atuação de privados de liberdade como monitores, desenvolvendo atividades junto aos professores em sala de aula, atividades lúdicas, atuando

no Programa de alfabetização (TOPA) e realizando a intermediação entre os internos e os serviços da biblioteca.

Numa dessas unidades o processo de escolha do monitor é feito através de eleição em reunião com os grupos.

Dentre aquelas que não trabalham com monitor uma declarou que ocorre conflito, pois consideram que ser monitor é um benefício que deve ser estendido a todos.

## **8. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

### **8.1. As ações de educação não formal e de qualificação profissional por estabelecimento penal e os responsáveis pela oferta.**

Até o ano de 2011 havia convênios firmados entre a SEAP e a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, a Fundação Pedro Calmon e a Universidade Estadual de Feira de Santana para atuarem nos estabelecimentos penais em todo o Estado.

Atualmente existem três convênios que estão sobre a apreciação da Procuradoria Geral do Estado para renovação com a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para o desenvolvimento das seguintes ações:

- Esporte e Lazer;
- Arte e Cultura;
- Liberdade e Cidadania (renovação).

Além dessas, a efetivação de uma parceria entre a SEAP e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) para Implantação de cursos profissionalizantes da área agropecuária e a elaboração de um termo de cooperação entre a SEAP e a Secretaria do Trabalho da Bahia (SETRE) para viabilização da qualificação profissional dos internos em diversos municípios através do Projeto Qualifica Bahia Ressocialização. , são ações que reativarão a educação não formal e a qualificação profissional nas unidades prisionais.

Contudo algumas unidades prisionais desenvolvem cursos nessa área, conforme quadro abaixo:

<b>Estabelecimentos Penais</b>	<b>Atividades de Educação Não Formal</b>	<b>Qualificação Profissional</b>
Conjunto Penal de Feira de Santana	Não oferta	Construção civil; Pintura em tecidos; Confecção de almofadas com aproveitamento de aparas de tecidos.
Conjunto Penal de Itabuna	Participação de projetos diversos (fortalecimento da identidade, da autoestima); Participação em atividades religiosas; Educação para Cidadania; Participação na Comissão de Educação - Saúde e Jurídico.	Eletricidade Predial; Informática Básica; Manutenção de Computadores; Cabeleireiro; Artesanato.
Conjunto Penal de Jequié	Palestras, encontros da Pastoral Carcerária e da Criança e da Fundação Dom Avelar Vilela Brandão (Preparando para Liberdade) e também por meio de oficinas realizadas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia a convite das professoras da unidade.	: Padeiro Encanador Hidro Sanitário; Cabeleireiro.
Conjunto Penal de Juazeiro	.	Pedreiro; Cabeleireiro; Manicure; Pintor; Eletricista; Frentista; Assistente Administrativo.

## **8.2. Estratégias para a ampliação**

A Secretaria de Administração Penitenciária tem buscado, através de levantamentos de dados e pesquisas de mercados, alocar as ações e atividades educacionais e profissionais nas Unidades Prisionais de acordo com as peculiaridades regionais e o seu favorecimento econômico.

As estratégias indicadas têm como objetivo a criação e ou ampliação dessas ações. Nas duas situações as Unidades Prisionais dependem construção, reforma e/ou ampliação de espaços para o desenvolvimento das atividades.

Algumas Unidades, a exemplo do Conjunto Penal de Jequié e de Juazeiro estão elaborando projetos para apresentação a instituições e estabelecer novas parcerias. Contudo, o conjunto Penal de Jequié demonstrou uma preocupação: os cursos e atividades de educação não formal e de qualificação acontecem no mesmo espaço onde funciona a sala de aula e quando há a necessidade de realizá-las as aulas precisam ser suspensas, prejudicando o andamento do ano letivo.

## **8.3. Planejamento anual das atividades de educação não formal e de qualificação profissional, com definições de parceiros, público preferencial, espaços disponíveis, etc.**

As atividades planejadas, segundo os seus objetivos, podem ser assim agrupadas:

### **8.3.1. Capacitação profissional de internos**

Desenvolver programa de cursos de capacitação profissional beneficiando internos e egressos do Sistema Prisional em parceria com organizações governamentais ou não governamentais:

- Implementação de Cursos Profissionalizantes diversos na área de serviços.
- Implementação de cursos profissionalizantes da área agropecuária.

### **8.3.2. Assistência ao interno em atividades de arte e educação**

Desenvolver atividades para atendimento ao interno na área de arte e educação:

- Realização de atividades e cursos de: Capoeira, Canto Coral e Música Percussiva;

- Realização de atividades e projeção de filmes.

### **8.3.3. Assistência ao interno em atividades de esporte e lazer**

Oferecer atendimento ao interno na área de esporte e lazer:

- Incentivo à Prática Esportiva nas Unidades Prisionais da Capital e do Interior;
- Relações Institucionais.

### **8.3.4. Elaboração de Projeto para Implantação de Oficinas de Trabalho em Unidades Prisionais**

Elaborar projeto de estudos regionais e operacionais de oferta de trabalho, de acordo com o perfil socioeconômico das comunidades locais:

A SEAP está buscando diversos parceiros entre organizações governamentais, não governamentais e empresas privadas para a concretização dessas ações, através do estabelecimento de convênios entre a SEAP e essas instituições.

### **8.4. Estratégias para garantir a oferta de educação não formal nos estabelecimentos femininos.**

O Conjunto Penal feminino não está ofertando cursos dessa natureza e espera definição da SEAP em relação aos convênios.

Em relação a outras Unidades Prisionais que custodiam mulheres:

- O Conjunto Penal de Feira de Santana custodia atualmente 94 mulheres. Em 2011 desenvolveu cursos de pintura em tecidos e tapeçaria em convênio com a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela e em 2012 está ofertando pintura em tecidos em convênio com a Pastoral Carcerária;
- O Conjunto Penal de Itabuna busca parceiros, observando as habilidades e vocações das internas, seleciona e matricula nos cursos disponibilizados pelos parceiros. Além de manter contato com os parceiros para inseri-las no mercado de trabalho, quando necessário;
- O conjunto Penal de Juazeiro procura sensibilizar e adequar os espaços físicos da Unidade, a fim de contemplar as internas, com cursos profissionalizantes.

A SEAP está instituindo um grupo de trabalho para elaborar políticas intersetoriais e integradas destinadas às mulheres em situação de privação de liberdade, restrição de direitos e às egressas que, através da realização de

pesquisas e estudos voltados ao encarceramento feminino, terão suas ações e atividades educacionais e profissionais alocadas de acordo com as peculiaridades destes estabelecimentos.

Metas de oferta de educação não formal por estabelecimento para os anos de 2012, 2013 e 2014

Metas de oferta de qualificação profissional por estabelecimento para os anos de 2012, 2013 e 2014.

As Metas estão expressas no Plano de Ação:

**META II – AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

## 9. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS

### 9.1. Perfil educacional dos profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e dos profissionais da execução penal.

Os profissionais da educação que atuam nos estabelecimentos penais são integrantes do quadro de pessoal, na sua maioria, do Estado apresentando qualificação mínima exigida por Lei e a sua remuneração, bem como a sua progressão funcional são orientadas por diretrizes estabelecidas em planos e estatutos do magistério. Além disso, eles são lotados na Escola de Vinculação que devem ofertar a educação de jovens e adultos.

Porem a formação inicial voltada para a EJA ainda é raro, não só na Bahia, como em todo o país. Em se tratando de coletivos específicos como os privados de liberdade essa situação ainda é mais preocupante. As instituições de ensino superior vêm desenvolvendo na área de pós-graduação algumas pesquisas sobre os mais diversos temas sobre a vida, e suas implicações, dos sujeitos em privação de liberdade.

Por ser um tema bastante discutido nos contextos educacionais, devido aos índices significativos de alunos que estão nesses cursos atualmente, e a demanda por docentes, levanta-se a questão da necessidade de consideração dessa modalidade educativa nas Licenciaturas. Acrescente-se a esta preocupação o fato da EJA ser **direito público subjetivo para os sujeitos privados ou não de liberdade.**

Historicamente, a educação construída para grupos populacionais específicos e diferenciados, é campo de militância e de afirmação de direitos, onde a formação técnica do educador caminha paralela à formação política (via de regra a formação política é que determina a técnica), uma vez que ao educador(a) que atua na EJA se exige a partilha de ideais que reflitam a sua identificação com os segmentos populares da sociedade. Como desdobramento dessa reflexão, foi questionado acerca do perfil necessário ao(a) educador(a) da rede estadual para que possam atuar na EJA implementando a atual política: que saberes já possuem e quais precisam construir? É nesse espaço de permanente reflexão que a formação inicial e continuada dos(as) educadores vem se delineando. Nessa perspectiva, um conjunto de características delinea-se como necessário ao(a) educador(a) de EJA para a construção da pratica pedagógica de natureza emancipatória, qual seja:

- Ter formação acadêmica ou em serviço com os tempos da juventude e vida adulta;

- Conhecer a comunidade em que atua e sua formação: como vivem e trabalham os jovens e adultos;
- Participar, conhecer, entender os Movimentos que se organizam em torno da luta por conquista de direitos para os populares;
- Cooperar, de forma crítica e competente, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, assegurando direitos para a EJA;
- Construir uma prática dialógica nos espaços, tempos e processos de EJA, considerando os saberes da vida como conteúdos fundantes do processo pedagógico;
- Entender e respeitar, de maneira positiva, a diversidade de território, idade, gênero, sexo, raça/etnia, crenças e valores, assumindo-a como elemento pedagógico;
- Apresentar projeto de trabalho solidário para intervenção na realidade sociopolítica e cultural dos(as) educandos(as) da EJA.

Os(as) educadores(as) de EJA da Rede Estadual da Bahia, de modo geral, apresentam formação inicial voltada para o ensino de crianças e adolescentes. A implementação da política definida para essa modalidade de educação básica indica que a Secretaria de Educação, com base no perfil esperado, deve investir na Formação Continuada dos profissionais que farão carreira no magistério enquanto educadores(as) de jovens e adultos, assumindo a tarefa de realizar a formação em serviço dos professores para atuar com esta nova dinâmica curricular e avaliativa.

O perfil educacional dos Agentes Penitenciários obedece aos requisitos do art. 7º da lei de nº 7.209/97, Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários da Administração Direta do Estado da Bahia:

Art. 7º - São requisitos especiais para ingresso no cargo de provimento permanente de Agentes Penitenciários:

I - conclusão da 3ª série do ensino médio;

II - inexistência de registros de antecedentes policiais ou criminais;

III - procedimento irrepreensível e idoneidade moral;

IV - aptidão física e mental para o cargo, comprovada mediante exames médicos, testes físicos e exames psicológicos.

V - possuir Carteira Nacional de Habilitação válida, categoria B.

Além dos previstos na lei 7.209/97, há também a observação ao art. 8º da lei de nº 6.677/94, Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e Fundação Pública Estadual:

**Art. 8º** - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - a boa saúde física e mental.

**§ 1º** - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

**§ 2º** - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que apresentam, sendo-lhes reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a 0,5 (cinco décimos).

## **9.2. Espaços próprios para a formação destes profissionais**

A Secretaria de Educação dispõe de um Centro de Formação, o Instituto Anísio Teixeira, em Salvador. Este Centro atende aos profissionais de toda rede, segundo necessidade e prioridade e, desse modo, esse espaço precisa ser descentralizado para o interior do Estado, através das Diretorias Regionais de Educação. Além disso, o Instituto possui um sistema de videoconferência que diminui a distância entre o órgão central, órgãos regionais e unidades escolares.

Quanto a formação dos profissionais da execução penal a criação da Escola Penitenciária no Estado da Bahia faz parte do Plano de Ação de Gestão Prisional que está sendo elaborado pela Coordenação de Gestão Organizacional (COGEL).

## **9.3. Ações de formação realizadas nos últimos 02 (dois) anos com detalhes sobre as instituições responsáveis pela realização dos cursos, a duração e a carga horárias.**

A formulação Proposta Pedagógica *“EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UNIDADES PRISIONAIS: Garantindo o direito à aprendizagem às pessoas privadas de liberdade”*, em 2009 indicou a demanda por formação para os

educadores da EJA privados de liberdade. Em 2010 foi realizada uma formação com 100 vagas, para todos os professores que atuavam em unidades prisionais e teve o seguinte formato:

O curso no formato de Curso de Extensão à Distância, com carga horária de 80h, através de 06 módulos, com eixos temáticos correspondentes aos que constam na proposta curricular, iniciados por uma videoconferência, com três palestrantes que discutem as temáticas abordadas no eixo. Esses temas foram posteriormente trabalhados no ambiente virtual de aprendizagem, tanto com atividades orientadas, quanto por encontros em chat e por fóruns de discussão. Cada módulo teve a duração aproximada de 01 mês e o processo de acompanhamento da aprendizagem foi feito através de portfólio onde foram postadas as atividades desenvolvidas em cada módulo.

Eixos Temáticos trabalhados na Formação:

- Apresentação da Proposta Curricular de Educação em Unidades Prisionais,
- Identidade e Cultura;
- Cidadania e Trabalho;
- Saúde e Meio Ambiente;
- Trabalho e Sociedade;
- Meio Ambiente e Movimentos Sociais;
- Globalização, Cultura e Conhecimento;
- Economia Solidária e Empreendedorismo.

Neste mesmo ano, foi desenvolvida uma formação para os alfabetizadores do programa Todos pela Alfabetização – TOPA com foco na atuação em unidades prisionais, numa videoconferência denominada: "TOPA: Alfabetizando para a Liberdade".

A escolha do formato a distância foi determinada pela escassez de recursos. A formação dos(as) educadores(as) da EJA para privados de liberdade está prevista no Programa de Ações Articulada – PAR que se encontrava com dificuldades de liberação. Em 2011 o Plano de Trabalho foi reformulado e

aprovado pelo MEC modificado no fim do ano, não tendo tempo hábil de realizar a formação. Essa formação será realizada ainda em 2012.

Durante o ano de 2011 foi oportunizado aos professores das unidades prisionais, através das escolas de vinculação, onde são lotados, a participarem da Formação da EJA que, na sua concepção curricular, de planejamento e de avaliação, é a base para a EJA para privados de liberdade.

#### **9.4. Observação às orientações do Conselho Nacional de Educação para contemplar a implementação da lei 10.639 no ambiente prisional e de ações de combate ao racismo, à homofobia/lesbofobia e à intolerância religiosa.**

Essas questões fazem parte do currículo da EJA através do desenvolvimento dos Eixos Temáticos e Temas Geradores e o acompanhamento do percurso de aprendizagem tem como referência aspectos cognitivos e sócio-formativos. A construção da atitude de conviver com base no respeito às diferenças é um dos objetivos a ser desenvolvido no processo de formação dos jovens e adultos privados de liberdade.

#### **9.5. Existência de plano de formação para os profissionais da educação que atuam no sistema penitenciário e para os profissionais da execução penal.**

A existência de um Plano de Formação é estratégico para a implementação da Proposta Curricular. Este Plano é Anual e é reformulado a partir da avaliação que é feita no ano anterior.

#### **9.6. Existência de formação inicial dos agentes penitenciários (matriz curricular, carga horária e a instituição responsável).**

O Curso de Formação Básica de Agentes Penitenciários do Estado da Bahia tem como principal objetivo a formação inicial de candidatos ao exercício da função de agente penitenciário no Sistema de Execução Penal do Estado, visando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências, através de uma formação com abordagem diversificada nas dimensões técnica, científica, cultural, sociológica e legal, garantindo uma visão dialética, frente às transformações e exigências contemporâneas.

A capacitação, inclusive prevista na Lei de Execução Penal (artigo 77) e nas Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas (regras 47 e 50), possibilita ao servidor tomar conhecimento das peculiaridades que envolvem o sistema penitenciário, assim como a compreender as funções que deverão desempenhar, de forma a contribuir com o processo de (re) socialização e (re)integração do preso.

	<b>Disciplinas</b>	<b>Total de Horas</b>
1	Missão, Princípios e Valores da SEAP	232
2	Sistema Penitenciário Brasileiro	
3	Drogadição e Toxicologia (dependência química)	
4	Valorização Humana	
5	Mediação de Conflitos	
6	Comportamento Humano em Instituições Carcerárias	
7	Direito Administrativo	
8	Arranjos Norteadores da Política Penitenciária na Bahia	
9	Administração da Justiça Penal – Atores e Processos	
10	Legislação do Servidor	
11	Direito Penal e Direito Processual Penal	
12	Segurança do Trabalho	
13	Atenção em Saúde Mental	
14	Primeiros Socorros	
15	Grupos Vulneráveis	
16	Criminologia	
17	Inteligência Prisional	
18	Uso Legal da Arma de Fogo	
19	Defesa Pessoal e Técnica de Imobilização	
20	Gerenciamento de Crises	
21	Escolta e Segurança	
	Visita Técnica	

### **9.7. Meta de formação dos profissionais para os anos de 2012, 2013 e 2014.**

A Coordenação de Gestão Organizacional da SEAP (COGEL) está criando um

Termo de Referência com um Plano de Ação de Modernização e Qualificação do Sistema Prisional padronizando todos os procedimentos apresentando como um dos objetivos a capacitação dos servidores do Sistema Prisional.

Em relação à formação de professores as metas as metas estão expressas no Plano de Ação:

**META VI - MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO**

## 10. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE

### 10.1. A organização curricular que norteia a oferta de educação nas prisões no Estado.

A Proposta Curricular “*EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UNIDADES PRISIONAIS: Garantindo o direito à aprendizagem às pessoas privadas de liberdade*” é compreendida enquanto processo de formação humana plena que deve levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos. O modelo curricular que traduz esta concepção tem por base a organização por Tempos Formativos, referindo-se ao tempo em que os jovens, adultos e idosos dedicam a formação/escolarização no espaço escolar, integrando os saberes da vida com os conhecimentos da escola. O currículo do Tempo Formativo está organizado por Eixos Temáticos, Temas Geradores e Áreas de Conhecimento.

O Eixo Temático atende a especificidade do processo de aprendizagem dos jovens e adultos e considera os saberes já construídos por eles, ao contrário do currículo organizado por série que limita os educando e os educadores a um conjunto de conteúdos e competências já predeterminados. Os Eixos Temáticos organizam didaticamente os Tempos Formativos.

Tema Gerador é recorte do Eixo Temático. Identificação de situações que sejam próprias ao coletivo dos sujeitos privados de liberdade e que sejam necessárias para seu estudo, propiciando a leitura crítica e intervenção na realidade vivenciada.

As áreas do conhecimento estão a serviço de explicar as questões sociais, políticas e econômicas que circundam e enquadram as experiências e possibilidades de existência dos jovens e adultos. Nesta dinâmica, compreende-se que o acesso aos diversos saberes culturais e socialmente construídos se dá de forma equitativa, sem hierarquia de uma área de conhecimento sobre as demais.

A organização curricular já determina a dinâmica entre os conteúdos disciplinares e os saberes das experiências de vida dos estudantes expressos pelos Eixos Temáticos e Temas Geradores. De acordo com o currículo as aulas são organizadas a partir desses Eixos Temáticos e Temas Geradores que determinarão os conteúdos das disciplinas que ajudarão na sua compreensão e aquisição dos aspectos cognitivos e sócio-formativos. Desta forma, elimina-se a visão linear dos conteúdos pré-definidos por unidade letiva e adota-se a visão circular dos conteúdos organizando-os nas unidades letivas, de acordo com as necessidades do Eixo Temático e dos Temas Geradores.

A EJA para privados de liberdade é assim estruturada:

- A EJA em nível fundamental compreende dois Tempos Formativos e é organizado em cinco Eixos Temáticos;
- A EJA em nível Médio compreende um Tempo Formativo e é organizado em dois Eixos Temáticos.

A organização curricular, para atender as especificidades dos jovens e adultos privados de liberdade, deverá permitir conclusões parciais. Concluído o estudo do Tema o(a) educando(a) recebe um atestado parcial referente à carga horária e à temática trabalhada. A emissão destes atestados parciais tem por objetivo maior a garantia da continuidade dos estudos dos internos, mesmo se este receber progressão de regime ou for transferido para outra unidade prisional durante o processo de formação, sem perdas, e com aproveitamento dos seus estudos. Também é uma forma mais objetiva de garantir o direito à remissão de pena, já que a carga horária de cada Módulo Educativo estará impressa no certificado parcial, facilitando a correlação com a redução efetiva da pena.

## **10.2. Os processos pedagógicos para a orientação do trabalho dos professores**

Em atendimento aos princípios e as diretrizes defendidas na Proposta *“EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UNIDADES PRISIONAIS: Garantindo o direito à aprendizagem às pessoas privadas de liberdade”* os processos pedagógicos devem ser baseados na valorização dos saberes construídos pelos jovens e adultos e no respeito às especificidades da vida desses(as) educandos(as). Os processos pedagógicos devem possibilitar práticas de diálogo, de construção coletiva, de problematização, a partir do reconhecimento do amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA para privados de liberdade.

Isso significa que em cada área do conhecimento pode-se desenvolver um trabalho pedagógico que considere esses aspectos gerais, atendendo a especificidade de cada área. Dessa forma algumas orientações podem ser destacadas:

- O trabalho pedagógico deve acolher a diversidade, considerando a identidade dos(as) educandos(as) e suas práticas sociais vivenciadas antes, durante e depois da sua vida carcerária.
- O educador deve criar condições em que os(as) educandos(as) exponham e reconheçam aquilo que já sabem, fazendo a mediação entre o conhecimento adquirido pelos(as) educandos(as) na vida e no trabalho e o conhecimento socialmente significativo.

- Adoção de procedimentos como a observação, a experimentação que permitam a transformação das situações do cotidiano em suporte para a aprendizagem significativa de procedimentos mais abstratos.
- Reconhecimento e valorização do amplo repertório de vida dos sujeitos da EJA: saberes, culturas, valores, memórias, identidades, como ponto de partida e elemento estruturador de todo o estudo das áreas de conhecimento.
- A organização do currículo articulado com base em eixos e temas relativos à prática social, abrangendo entre outros: saúde, direitos civis, políticos e sociais, trabalho, meio ambiente e economia solidária.
- Construção coletiva do currículo que contemple a diversidade sexual, cultural, de gênero, de raça/etnia, de crenças, valores e vivências específicas aos sujeitos da EJA privados de liberdade.
- A abordagem interdisciplinar como possibilidade de identificação entre o vivido e o estudado, superando as barreiras existentes entre as disciplinas.

Assim, um bom processo pedagógico é aquele em que educando e educador podem interagir coletivamente, permitindo a circulação de informações, em que os alunos tenham de colocar em jogo tudo o que sabem e pensam sobre o objeto de conhecimento, tenham problemas a resolver e decisões a tomar em função do que será aprendido.

O diálogo, neste contexto, não pode ser reduzido a simples trocas de ideias nem tampouco a transferências de conhecimentos, mas deve remeter à reflexão e à ação que possibilitam a construção de novos conhecimentos. O trabalho educacional inclui as intervenções para que os alunos aprendam, estabeleçam vínculos de confiança e uma prática cooperativa e solidária.

### **10.3. A existência de Projeto Político Pedagógico das Escolas que atendem pessoas privadas de liberdade. Caso isto não exista, indicar se há intenção de fazê-lo e como isto será feito.**

A Escola de Salvador, que atende a sete anexos, tem o Projeto Político Pedagógico, inclusive com a participação desses anexos na sua elaboração.

Das 11 unidades do interior que ofertam a educação básica escolas, apenas 3 tem o Projeto Político Pedagógico, As demais demonstraram que é necessário a elaboração desse instrumento básico para a organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola, para a construção da sua identidade e o exercício do trabalho coletivo.

Com base nesse entendimento, a orientação para a elaboração do PPP será um dos conteúdos da formação que está prevista para novembro. Após esse

momento coletivo será feito um trabalho de assessoramento a cada escola, visando essa elaboração.

#### **10.4. Estratégias para o atendimento dos segmentos específicos.**

O princípio do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades deve estar explícito no PPP para que o ambiente escolar seja um espaço de garantia dos Direitos Humanos. Os segmentos específicos constituem a heterogeneidade dos sujeitos da EJA e assim sendo as estratégias para o atendimento desses segmentos s devem orientar a organização curricular, as relações entre os envolvidos no processo educacional, os processos e procedimentos que viabilizam a concepção da educação na perspectiva do direito a uma escola democrática e de qualidade social.

Nessa perspectiva, e com o conhecimento da especificidade dos(as) educandos(as) sujeitos da educação, algumas estratégias devem ser desenvolvidas para apoiar a ação pedagógica:

- Formação continuada
- Fórum de discussão
- Promoção de oficinas e seminários
- Participação em cursos específicos de Braille, LIBRAS e outros.
- Solicitação de apoio de salas de apoio existente no município

Algumas dessas estratégias já vêm sendo desenvolvidas, principalmente onde a unidade prisional tem o apoio da escola de vinculação, precisando ser ampliada para todas. A SEC vem desenvolvendo, com o apoio do MEC, ações de formação na área de educação inclusiva.

#### **10.5 Estratégias de acessibilidade para o atendimento das pessoas com deficiência**

As unidades prisionais de um modo geral, como muitos dos estabelecimentos públicos em geral não apresentam as condições de acessibilidade necessárias para o atendimento às pessoas com deficiência.

Esse atendimento faz parte do respeito à diversidade e deve ser também compreendido na perspectiva do direito. As unidades prisionais declararam o nível muito baixo de acessibilidade e indicaram algumas estratégias, principalmente a construção de rampas e a aquisição de equipamentos.

#### **10.6. As principais dificuldades para o atendimento dos segmentos e as estratégias adotadas.**

A maior dificuldade é o acesso à sala de aula e, por consequência, essa dificuldade pode representar a negação do direito à educação. As estratégias, como foi dito no item anterior, estão indicadas, mas não efetivadas. Atualmente para enfrentar as dificuldades conta-se com a boa vontade e esforço das pessoas.

## **11. CERTIFICAÇÃO**

### **11.1 O planejamento para a oferta do Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) com definição de cronograma**

O planejamento do ENCCEJA é realizado segundo orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, inclusive a definição de cronograma. A partir dessas orientações e capacitação para aplicação dos exames é feita um Plano de Ação com as devidas providências para a realização dos exames (cadastramento e treinamento do pessoal envolvido, acompanhamento e monitoramento das atividades preparatórias e durante os exames).

A certificação dos candidatos aprovados nos exames do ENCCEJA é feita através das Comissões Permanentes de Avaliação – CPA que funcionam em Unidades Escolares Estaduais, autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE. Essas Comissões são responsáveis pela realização dos Exames Supletivos no Estado.

Está prevista a realização de exames para janeiro de 2013.

### **11.2. O planejamento para a oferta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com definição de cronograma**

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM foi avaliado no Encontro Nacional com representantes das Secretarias da Educação e da Administração Penitenciária. Algumas indicações foram feitas para a melhoria desses exames em unidades prisionais e com o objetivo de ampliar, sistematizar e uniformizar os procedimentos para a realização dos exames foi instituído o Comitê de Assessoramento da Aplicação dos Instrumentos de Avaliação do INEP nas unidades prisionais e socioeducativas.

As ações desse Comitê, formado por representantes das cinco regiões brasileiras, terá um impacto positivo no planejamento global e local e, conseqüentemente na realização dos exames.

Desde 2009 quando o ENEM criou a opção de certificação, os candidatos aprovados são também certificados pelas Comissões Permanentes de Avaliação – CPA. A grande maioria das unidades prisionais está localizada em municípios onde existem as Comissões, o que pode facilitar o processo de certificação, inclusive realizar exames daquelas disciplinas em que o candidato não obtiver aprovação através do ENEM.

Os Exames serão realizados em Dezembro de 2012 e planejamento das atividades será feito com base no Edital que torna pública a realização da edição do Enem 2012 para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

### **11.3. O planejamento para a realização dos exames estaduais, com definição de cronograma.**

Os exames estaduais em nível fundamental e médio são realizados pelas Comissões Permanentes de Avaliação – CPA. Essas Comissões funcionam em unidades estaduais de ensino autorizadas especificamente para esse fim através de Resolução do Conselho de Educação – CEE. As CPA têm estrutura e funcionamento próprios que lhes permite realizar exames mensalmente, obedecendo a um cronograma editado em Portaria a cada ano. Por mês o candidato pode realizar exame de, no máximo, quatro disciplinas.

Esses procedimentos podem ser modificados para atender as demandas das unidades prisionais: à medida que essa demanda é identificada, organiza-se um exame específico para os privados de liberdade. Esses procedimentos precisam ser analisados e ampliados para intensificar a realização dos exames e melhor atender a essa demanda.

### **11.4. O planejamento para a oferta do Programa Certific da Rede Federal de Educação Tecnológica.**

As Unidades Prisionais da Bahia não tiveram acesso a esse Programa.

### **11.5. As estratégias de divulgação das inscrições para os exames de certificação.**

Como foi relatado no item 7 todas as Unidades fazem a divulgação da inscrição dos exames de certificação através dos professores, agentes penitenciários, coordenadores e, em algumas, o diretor também se envolve nessa divulgação. A intensidade é que varia de uma Unidade para outra. As estratégias são diversas, observando-se os critérios e procedimentos específicos requeridos para cada exame.

A partir da avaliação feita em relação ao ENEM, foi solicitado ao INEP apoio na elaboração de material de divulgação para apoiar o trabalho que já vem sendo feito nas unidades. Quanto ao ENCCEJA a divulgação precisa ser intensificada e os exames estaduais, a partir de 2013, os procedimentos específicos deverão ser divulgados e esclarecidos junto à comunidade das unidades prisionais.

#### **11.6. Os processos formativos para a atuação dos agentes no dia de aplicação dos exames.**

Para cada exame é realizada uma formação de acordo com as orientações específicas. Nos casos do ENEM e ENCCEJA essas orientações são oriundas do INEP e as instituições parceiras responsáveis pela realização dos exames. Em relação aos exames estaduais a CPA é responsável por essa formação, conjuntamente com a Diretoria Regional de Educação – DIREC e a direção do estabelecimento penal.

#### **11.7. A existência de análise dos resultados.**

Não existe análise sistematizada dos resultados e sim uma constatação dos mesmos e alguns comentários e/ou hipóteses a respeito dos mesmos. De maneira eventual alguns professores tem a preocupação de preparar os detentos para o exame do ENEM.

#### **11.8. Considerado para o cálculo da remição.**

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

#### **11.9. Se existe condições adequadas para a aplicação dos exames.**

São utilizadas as mesmas instalações onde são desenvolvidas as atividades educativas que em muitos casos não são adequadas. Em outros casos são feitas adaptações.

#### **11.10. Meta de inscrição de presos e presas nos exames de Certificação nos anos de 2012, 2013 e 2014.**

As Metas estão expressas no Plano de Ação

## **12. INFRAESTRUTURA FÍSICA**

### **12.1. levantamento de equipamentos e mobiliário nas salas de aula indicando a situação por estabelecimento penal**

(ver quadro 12.a)

### **12.2. levantamento dos espaços disponíveis para os professores, a coordenação e direção da escola.**

O levantamento das informações nas 18 unidades prisionais que oferecem educação aponta as seguintes situações:

- A Escola Especial da Penitenciária Lemos Brito, por ser a única escola com matrícula exclusiva privados de liberdade, dispõe de espaços específicos. Nas extensões que funcionam nas unidades prisionais os professores utilizam o espaço da Coordenação de Atividades Educacionais e Laborativas.
- Nas demais unidades (extensão de escolas municipais e/ou estaduais) a situação é diversa:
  - Sala destinada aos professores – Conjunto Penal de Feira de Santana
  - Sala ampla sala para os professores realizarem a atividade de planejamento, bem como para reunião com o Coordenador Pedagógico, sendo esta também a sala onde atua o Coordenador de Atividades Educacionais e Laborativas – Conjunto Penal de Jequié.
  - Existem salas para: Coordenação; Coordenação da Secretaria Municipal e da Secretaria Estadual – Conjunto Penal de Itabuna.
  - Os professores realizam as atividades de planejamento na escola de vinculação – conjunto Penal de Teixeira de Freitas.
  - Sala conjunta para professores e coordenação da escola – demais unidades.

### **12.3. Levantamento dos Laboratórios de Informática e Equipamentos Disponíveis**

Apenas duas unidades declararam possuir laboratório de informática: a escola da penitenciária Lemos Brito que dispõe de um laboratório do PROINFO com 18 computadores e a unidade de Teixeira de Freitas com um laboratório com 5 computadores.

A unidade de Feira de Santana tem um espaço na biblioteca com 5 computadores, a Colônia Lafayette Coutinho tem um espaço só com as bancadas e as demais não dispõem de laboratório.

#### **12.4. Levantamento das Bibliotecas e das Salas de Leitura**

Em relação à biblioteca e salas de leitura a situação é a seguinte:

Bibliotecas – 7 unidades

Bibliotecas com sala de leitura no mesmo espaço – 2 unidades

Bibliotecas declaradas como desativadas – 3 unidades

Bibliotecas improvisadas - 2 unidades

Espaço com móveis sucateados e acervo precário – 2 unidades

Sala de leitura (com pouco espaço) – 1 unidade

Recebeu livros do MEC e de doação – 1 unidade

#### **12.5. Estratégias para Aquisição e Renovação do Acervo das Bibliotecas e Salas de Leitura**

As unidades que dispõem de bibliotecas e/ou salas de leitura, vem implementando ações para ampliar e diversificar o acervo, tornando esses espaços mais atrativos para os alunos. Essas ações podem ser assim resumidas:

- Solicitação ao MEC, SEC e SEAP.
- Fortalecimento da parceria com a Fundação Pedro Calmon.
- Campanhas de doações, envolvendo Secretaria da Cultura, Prefeitura, Universidades, outras instituições e pessoas da comunidade.

A SEC, com recursos do Plano de Ações Articuladas – PAR do Governo Federal, está em processo de aquisição de acervo para as unidades prisionais.

#### **12.6. Procedimentos e Regras para o Acesso e o Empréstimo;**

Pela falta de bibliotecários, 5 unidades utilizam monitores para fazer o controle e organização dos serviços bibliotecários. Em outras, é a Coordenação de Atividades Educativas e Laborais e professores que desempenham essa função, através de registros em formulários diversos para consulta no local ou nas celas.

Alguns procedimentos e regras adotadas:

- Cadastro dos internos e recebimento de cartão
- Listas impressas ou manuais para controle de empréstimo
- Controle da data do empréstimo e devolução.
- O empréstimo é feito pelo prazo de sete dias
- Orientações para conservação e cuidados com o livro
- Apresentação de relação do acervo nos pavilhões e celas.

- Quando das saídas dos internos, de qualquer modalidade, deverá devolver os livros sob seu poder.

### **12.7. Livros do Programa Nacional de Bibliotecas nas Escolas (PNBE) estão disponíveis nas Bibliotecas e nas Salas de Leitura**

Apenas 4 unidades receberam os livros Nacional de Bibliotecas nas Escolas (PNBE):

Conjunto Penal de Itabuna, de Valença, de Juazeiro e Presídio Regional de Paulo Afonso.

### **12.8. Punição para os Casos de Dano ou Extravio dos Livros**

Segundo declarações, em 5 unidades não existe punição para dano ou extravio de livros. Entre aquelas que admitem a punição no caso de danos, o interno fica privado do serviço de empréstimo por um período (vinte ou trinta dias) e uma unidade declarou que, durante o período de suspensão o interno recebe orientações sobre a importância da preservação dos livros. Em caso de reincidência o prazo de suspensão pode ser dobrado.

Em caso de extravio:

- Abertura de sindicância e havendo comprovação, suspender as visitas do interno, suspensão de banho de sol, e outras regalias, tendo ainda no seu prontuário observação negativa e outras sanções disciplinares.
- Ressarcimento do valor do livro, na forma prevista no Regimento Interno.

Uma unidade afirmou que o aluno assina "contrato" de responsabilidade pelos danos causados ao compendio em sua posse, nos termos da LEP.

### **12.9. Orientações sobre a Conservação dos Livros;**

As orientações sobre os cuidados ao manusear os livros são repassadas aos internos através de: cartazes, folhetos, vídeos educativos, além de receber orientações dos professores em sala de aula e desenvolver projetos interdisciplinares sobre a preservação do patrimônio público.

### **12.10 Ações de Fomento à Leitura e os Parceiros Envolvidos;**

O desenvolvimento da leitura é um dos objetivos da educação básica para jovens e adultos. Para atender a esse propósito os professores vem desenvolvendo as ações seguintes:

- Atividades desenvolvidas no cotidiano escolar através dos projetos construídos pelos professores de forma interdisciplinar
- Atividades extraclasse
- Projetos literários
- Ciranda de livros
- Projetos sociais de leitura
- Rodas de leitura
- Leituras com mediadores e contadores de histórias
- Oficina de criação literária
- Concursos de redação
- Atividade de leitura e produção textual em sala de aula

Principais parceiros: Fundação Pedro Calmon, Faculdades do São Francisco – FASF. Universidade Estadual da Bahia - UNEB

### **12.11. Presos Trabalhando nas Bibliotecas e nas Salas de Leitura**

Em 5 unidades os internos trabalham na biblioteca e/ou sala de leitura.

### **12.12. Dificuldades Encontradas e Estratégias Adotadas**

As maiores dificuldades estão relacionadas ao espaço físico, material e pessoal especializado.

Principais dificuldades:

- Livros desatualizados e em pouca quantidade.
- Mobiliário deteriorado.
- Falta mobiliário adequado, principalmente, estantes.
- Local inadequado
- Falta de pessoal especializado e de apoio

As unidades prisionais vêm buscando resolver as dificuldades de outra ordem. As que foram descritas acima não podem se resolvidas no âmbito das unidades.

Metas Expressas no Plano de Ação

**Quadro 12.a Levantamento de Equipamentos e Mobiliário nas Salas de Aula por Estabelecimento Penal**

Estabelecimento Penal	Equipamentos e Mobiliário*
Penitenciária Lemos Brito	Carteiras escolares, quadro branco, conjunto para professor, TV PEN DRIVE. A Escola recebeu 15 conjuntos novos para professores que estão sendo trocados de acordo a necessidade.
Presídio Salvador	Carteiras, conjunto para professor, quadro, TV, PEN DRIVE e bebedouro. Os armários não estão em bom estado de conservação e faltam estantes.
Conjunto Penal Feminino	Mesa, armário, carteiras em estado regular, um quadro branco, uma TV 29" e um ventilador de parede.
Hospital de Custódia e Tratamento	Carteiras escolares, quadro branco, TV PEN DRIVE. Faltam estantes, bebedouro e armários para guardar materiais escolares.
Casa do Albergado e Egressos	Não informado
Colônia Penal Lafayete Coutinho	As salas possuem carteiras escolares, quadro branco, cadeiras e mesa do professor. Material precário e velho
Cadeia Pública de Salvador	Carteiras e mesas para aluno e professores, quadro, televisores, TV PEN DRIVE, em boas condições.
Colônia Penal de Simões Filho	Cadeiras, conjunto para professor, armários e quadro branco precisando manutenção.
Conjunto Penal de Lauro de Freitas	Os equipamentos e mobiliário que hoje atendem a escola se encontram em bom estado de conservação.
Conjunto Penal de Feira de Santana	Carteiras e conjunto para professor em qualidade e quantidade suficiente à demanda atual. Na maioria das salas tem TV PEN DRIVE.
Conjunto Penal de Valença	Carteiras, conjunto para professor e quadro negro.
Presídio Advogado Ariston Cardoso - Ilhéus	As salas precisam de pintura. Quadro, carteiras e 01 aparelho de televisão em perfeito estado, 02 aparelhos de DVD.
Conjunto Pena de Itabuna	Carteiras individuais, conjunto para professor, lousa e ventiladores em bom estado de conservação; TV PEN DRIVE e armários em péssimo estado de conservação
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Quadro branco, carteiras e armários. Estão disponíveis na Coordenação de Atividades Educacionais e Laborativas para uso dos professores no desenvolvimento de suas aulas, os seguintes aparelhos: 02 TVs, 01 DVD, 01 retroprojeter, 01 aparelho de som.
Presídio Regional de Paulo Afonso	Carteiras em péssimo estado de conservação; quadro e conjunto para professor em

	bom estado de conservação.
Conjunto Penal de Serrinha	Das 6 salas, apenas 4 estão sendo utilizadas. Em cada sala existe um conjunto para professor, um quadro branco, uma TV, um DVD, um ventilador e duas bancadas para os alunos. Duas das 4 salas estão equipadas para as aulas via satélite.
Conjunto Penal de Jequié	Cada sala é equipada com 30 carteiras. Das 4 salas apenas uma possui mesa para o professor; duas possuem armário para guardar o material didático dos alunos; duas possuem quadro de giz e uma possui um ventilador de teto.
Conjunto Penal de Juazeiro	Mesa, carteira escolar, armário de metal, ventiladores, quadro branco bom estado de conservação.
Presídio Regional Nilton Gonçalves	Os mobiliários estão em boas condições para uso.

\* Informações obtidas a partir do preenchimento de questionário pelas unidades prisionais.

## **13. MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO**

### **13.1. As estratégias para distribuição dos livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA).**

Das 18 unidades prisionais que desenvolvem em 2012 a educação básica 3 não receberam o livro didático. As demais utilizam estratégias que podem ser assim agrupadas:

- Os livros são entregues no ato da matrícula com assinatura dos alunos e os mesmos assumem a responsabilidade pela sua conservação.
- Os livros didáticos são fornecidos pela escola de vinculação mediante a quantidade de matrículas.
- A distribuição é feita durante as aulas.
- Controle da distribuição, verificando se todos os alunos receberam o livro didático.
- Registro do quantitativo de livros por turma com a devida assinatura e data de entrega.

Em relação ao material didático as unidades reclamam do atraso da distribuição.

### **13.2. Estratégias de acompanhamento da distribuição e utilização dos livros didáticos nas salas de aula.**

O acompanhamento da utilização dos livros é feito pelos professores, a partir de situações didáticas:

- Existe um acompanhamento pedagógico através dos planos de aula.
- Os livros ficam na sala de aula, mas os alunos tem permissão para levar para as celas.
- Os alunos utilizam os livros durante o período em que estão em sala de aula
- Os livros são disponibilizados a partir das necessidades indicadas no planejamento das aulas, dos projetos e de outras atividades didáticas e se for necessário é permitido levar para as celas, com o compromisso de cuidar e devolver em bom estado.

### **13.3. Distribuição de material pedagógico para os alunos**

Através da descentralização de recursos financeiros as escolas de vinculação adquirem materiais pedagógicos e realizam a distribuição para as unidades prisionais.

#### **13.4. As regras pra a utilização destes materiais na sala de aula, biblioteca e celas**

A regra principal diz respeito à segurança. Especificamente, são feitas algumas orientações:

- Utilização individual dos materiais distribuídos com exceção do material de artes que pode ser utilizado coletivamente.
- Orientações para utilizar e preservar os materiais tanto na sala de aula quanto nas celas.
- Livros, cadernos, lápis e caneta são utilizados somente no espaço de sala de aula.
- Apresentação do material em bom estado, em todas as aulas durante todo o ano letivo.
- Os materiais só podem ser utilizados com autorização dos professores e coordenador de atividades educacionais e laborativas.
- Os livros da biblioteca podem ser lidos nas celas através de solicitação semanal e o controle do empréstimo é feito pelo responsável pela biblioteca.

#### **13.5. Meta de aquisição de material pedagógico para os anos de 2012, 2013 e 2014**

O material pedagógico é baseado no número de alunos e o plano de aplicação para a descentralização de recursos financeiros depende de decisões da comunidade escolar.

#### **13.6. A existência de material didático produzido no próprio estado**

Não existe material produzido pelo estado

#### **13.7. Dificuldades encontradas e estratégias adotadas**

Em relação à distribuição e utilização dos materiais didáticos e pedagógicos não existem dificuldades. Algumas estratégias precisam ser mais discutidas e aperfeiçoadas.

## **14. REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO**

### **14.1. Atividade educacional para e cálculo da remição**

São consideradas atividades educacionais para fins de remição de pena a educação básica, a educação profissional (integrada ao ensino fundamental ou médio, concomitante e subsequente), a qualificação profissional (formação inicial e continuada de trabalhadores) e a as ações de alfabetização.

Outras atividades, a exemplo do projeto de leitura faz parte da educação básica e deve constar no Projeto Pedagógico da escola de vinculação.

Já existe a proposta de normatizar a concessão da remição da pena pelo estudo (diretrizes para registro, controle e tramitação para o órgão executor)

### **14.2. Divulgação da remição da pena pelo estudo**

As unidades prisionais, por iniciativa própria, tem feito o estudo da Lei 12.433, que altera a Lei de Execução Penal e durante o I Seminário Estadual de Educação em Prisões e esse tema foi apresentado e discutido sob a coordenação de uma Juíza da Execução Penal. Além disso, durante a construção do Plano, quando da visita técnica do MEC e MJ e na audiência pública para discutir a minuta de Resolução do CEE sobre educação em prisões.

Essa divulgação deve fazer parte de uma agenda da SEC e SEAP para definir melhor essas questões.

### **14.3. Os procedimentos adotados para garantir a remição pelo estudo e como são feitos os registros e a comprovação das atividades.**

Os procedimentos de registro tem início com a matrícula. A participação nas aulas e outras atividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem e o acompanhamento do percurso de aprendizagem devem ser lançados em instrumentos próprios, como Diário de Classe, ficha individual e outros. Deve-se ter a preocupação de organizar os cursos de forma a permitir a conclusão parcial com emissão de atestados parciais que, além de garantir a continuidade dos estudos dos internos, é uma forma mais objetiva de garantir o direito à remissão de pena, já que a carga horária de cada módulo educativo estará impressa no atestado, facilitando a correlação com a redução efetiva da pena.

Todos os dados são monitorados e mantidos na secretaria da Escola de Vinculação.

#### **14.4. Articulação com o judiciário para definir os procedimentos adotados**

A normatização proposta prevê a articulação com o judiciário (diretrizes para registro, controle e tramitação para o órgão executor)

#### **14.5. Existência de legislação estadual**

Ainda não existe a legislação estadual.

#### **14.6. Principais dificuldades para garantir a remição pelo estudo e as estratégias adotadas**

As principais dificuldades apontadas para a efetivação da remição da pena pelo estudo referem-se ao entendimento, compreensão da dimensão do benefício da remição, bem como a falta de comunicação e encaminhamento dos registros referentes à escolarização já realizadas pelo sistema prisional para a Vara de Execução Penal.

A normatização, a sua divulgação e o envolvimento de todos podem minimizar essas dificuldades.

## **15. ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS**

### **15.1. Idade limite para a permanência das crianças com as suas mães**

As crianças permanecem com as mães até completar seis meses. No Conjunto Penal Feminino, em Salvador, ao completar 6 meses as crianças são entregues à família da interna ou vão para uma creche mantida pela Pastoral da Criança.

### **15.2. Espaços destinados a estas crianças**

No Conjunto Penal Feminino as crianças ficam no berçário, que necessita de algumas reformas. As demais unidades prisionais, que custodiam mulheres, não dispõem de espaços próprios para as crianças o que faz com elas permaneçam na cela com as mães.

## **16. Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação**

16.1. Estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação realizadas pela Secretaria Estadual de Educação e pelo Órgão responsável pela Administração Penitenciária no Estado.

O trabalho realizado pela SEC e SEAP em relação a educação nas unidades prisionais não pode ser considerado como monitoramento e avaliação. As ações são realizadas e acompanhadas, mas necessitava de referências, de diretrizes e de estabelecimento de metas, considerando que só é possível monitorar algo que é previamente definido.

A construção do Plano Estadual com especificação de concepção, objetivos, metas, cronogramas, constitui-se num instrumento norteador da gestão pública da educação em prisões, permitindo a produção de indicadores destinados às atividades de diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações propostas.

### **16.2. Estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do presente plano.**

A partir dessa compreensão algumas estratégias são fundamentais na implementação do Plano:

- Apresentação e discussão do Plano com os vários setores da SEC e da SEAP.
- Elaboração de plano de trabalho para cada meta do plano.
- Criação de indicadores específicos para o monitoramento e avaliação para cada meta
- Organização de procedimentos de coleta e tratamento de informações específicas em todas as fases da implementação
- Acompanhamento físico-financeiro
- Elaboração de relatórios e divulgação dos resultados

Essas estratégias constituem-se em produção de informações que podem alimentar e orientar o processo de tomada de decisão em todas as suas instâncias, bem como possibilitar o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas e o resultado produzido pelas mesmas, na perspectiva de aperfeiçoar o planejamento público e a formulação de políticas na área da educação para privados de liberdade.